

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS – INGLÊS

MARIANA PERIZZOLO LENCINA

**A REGENERAÇÃO DA DEMOCRACIA EM JOSÉ SARAMAGO: UMA
LEITURA DE *ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ* COMO ALEGORIA AO
PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2016

MARIANA PERIZZOLO LENCINA

**A REGENERAÇÃO DA DEMOCRACIA EM JOSÉ SARAMAGO: UMA
LEITURA DE *ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ* COMO ALEGORIA AO
PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras Português – Inglês, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Alexandre Xavier

PATO BRANCO

2016



DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor (a): **Mariana Perizzolo LENCINA**

Título: **A regeneração da democracia em José Saramago: uma leitura de *Ensaio sobre a lucidez* como alegoria ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff**

Trabalho de conclusão de curso defendido e Aprovado em
25 / 11 / 2016, pela comissão julgadora:

Prof. Dr. Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier – UTFPR Pato Branco
Orientador(a) e Presidente da Banca

Prof. Me. Leandro Zago – UTFPR Pato Branco
Parecerista e Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. Wellington Ricardo Fioruci – UTFPR Pato Branco
Membro da Banca Examinadora

VISTO E DE ACORDO:

Prof.^a Dra. Cláudia Marchese Winfield
Coordenadora do Curso de Letras Português/Inglês

Prof.^a Ma. Rosângela Aparecida Marquezi
Responsável pelo Trabalho de Conclusão de Curso
Portaria n.º 295 de 01/09/2015

Ao Gonçalo,
que me deu *lucidez* no momento oportuno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a minha família. À mãe por me amar e apoiar sempre. À tia Ika por me ouvir e me aguentar. À Bi por estar sempre por perto. Ao meu orientador Rodrigo por uma instrução sábia que ajudou a moldar este trabalho e a ampliar os meus conhecimentos. E por fim, às Instituições que me possibilitaram chegar até aqui tendo visto mais do mundo do que eu esperava a esta altura.

“Insisto: reclamemos mais, e com mais força”.

José Saramago.

RESUMO

LENCINA, Mariana Perizzolo. **A Regeneração da democracia em José Saramago**: uma leitura de *Ensaio sobre a lucidez* como alegoria ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Letras Português – Inglês, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016

Ao observar a crise política pela qual o Brasil passa atualmente, podemos constatar que o voto eleitoral não tem garantido que a democracia se cumpra em nossa sociedade. Este trabalho tem o propósito de refletir sobre a postura do cidadão diante dessa realidade. Para isso, realizamos a leitura de *Ensaio sobre a lucidez* (2004) de José Saramago com o objetivo de analisar a conduta ética que o autor expõe como modelo ideal de cidadania. Comparamos o enredo da obra com o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, porque as semelhanças entre ficção e realidade nos permitiram refletir criticamente sobre a regeneração da democracia a partir da assimilação do conceito de cidadania. Com a finalidade de absorver conceitos, foi que atentamos durante a leitura, às características do gênero do ensaio com o qual o autor intitula a sua obra, pois essa forma faz uso da alegoria, que foi o recurso que permitiu estabelecer as aproximações necessárias para termos uma visão da crise política no Brasil pela perspectiva de um autor português.

Palavras-chave: Democracia. Cidadania. Crise. Ensaio.

ABSTRACT

LENCINA, Mariana Perizzolo. **The Regeneration of Democracy in José Saramago: a reading of *Essay on lucidity* as an allegory to Dilma Rousseff's impeachment process.** Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Letras Português – Inglês, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016

In observing the political crisis that Brazil is currently experiencing, we can see that the electoral vote does not guarantee that democracy is fulfilled in our society. This work has the purpose of reflecting on the attitude of the citizen facing this reality. In order to do this, we read Jose Saramago's *Essay on lucidity* (2004) with the intention of analyzing the ethical conduct that the author exposes as an ideal model of citizenship. We compared the plot with the impeachment process of former President Dilma Rousseff, because the resemblances between fiction and reality allowed us to reflect critically on the regeneration of democracy from the assimilation of the concept of citizenship. With the purpose of absorbing concepts, it was during the reading we looked at the characteristics of the genre of the essay with which the author titles his work, since this form makes use of allegory, which was the resource that allowed to establish the necessary approaches to have a vision of the political crisis in Brazil from the perspective of a Portuguese author.

Keywords: Democracy. Citizenship. Crisis. Essay.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA CRISE QUE LEVOU AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.....	12
2.1 A FORMAÇÃO DO CARÁTER DO CIDADÃO BRASILEIRO.....	15
3 A IMPORTÂNCIA DO INTELLECTUAL PARA ENTENDER A POLÍTICA.....	19
3.1 JOSÉ SARAMAGO: INTELLECTUAL DAS LETRAS E MILITANTE DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	21
3.2 O ELO FUNDADOR DA IDENTIDADE BRASILEIRA.....	23
4 A OBRA: <i>ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ</i>.....	27
4.1 O ENSAIO DE SARAMAGO COMO FORMA PRIVILEGIADORA DO SABER ÉTICO PELO USO DA ALEGORIA.....	31
5 COMPARAÇÃO ENTRE <i>ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ</i> E O PROCESSO DE IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

No ano eleitoral de 2016, no qual, antes do pleito, os cidadãos assistiram a mais de 54 milhões de votos serem ilegítimados por ações jurídicas, é conveniente refletirmos sobre o valor da cidadania. José Saramago, um dos maiores escritores portugueses da contemporaneidade, postulava como intelectual militante de esquerda a importância de se pensar a questão. De acordo com Fernando Gómez Aguilera (2010), escritor e organizador de uma grande exposição da trajetória biográfica e literária de Saramago, o autor atenta para o fato de que “desprovida da participação ativa de seus protagonistas, a democracia se torna um cerimonial sem nenhum conteúdo relevante”.

Entendemos aqui a democracia de acordo com o que o próprio Saramago anota ao servir-se de um dicionário de Aurélio Buarque de Holanda em 1986:

Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, isto é, dos poderes de decisão e de execução (Dicionário Aurélio apud SARAMAGO, 2015, p. 172).

Essa democracia é suplantada enquanto ocorre o que temos acompanhado pela mídia: uma saga onde os atores principais – os cidadãos brasileiros – podem até exercer o seu protagonismo, porém não de uma maneira lúcida, que seria a ideal. Portanto, faz-se pertinente olhar para o contexto atual da nossa crise política, para perceber em que altura e de qual forma, a literatura saramaguiana nos inquieta a compreender melhor a nossa realidade social em prol de uma atuação cívica e política mais consciente, com o objetivo de recapturar a essência democrática do nosso sistema por meio de ações de cidadania.

Com este fim, compararemos a obra que o autor publicou em 2004: *Ensaio sobre a lucidez* ao momento de agravo da crise política no Brasil, a saber, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Sabendo que essa obra retoma outra que Saramago publicou nove anos antes – *Ensaio sobre a cegueira* (1995) – o trabalho atentará também ao seu conteúdo nos momentos em que se fizer necessário. O propósito é comparar *Ensaio sobre a lucidez* com o momento crítico no Brasil, aproveitando-se das semelhanças entre o enredo e a realidade, para podermos auferir com a obra uma reflexão crítica sobre a conduta cidadã em face de atuações democráticas questionáveis por parte do governo. Para tanto, foi considerado o fato de que no que diz respeito a democracia, é lícito trazer um discurso português para discorrer uma problemática brasileira, pois nesse início de século as duas nações enfrentam

uma crise que eclodiu em grande parte do ocidente, para além de partilharem uma história que constituiu um elo fundador da identidade de ambas.

Evocamos em José Saramago também o seu papel de intelectual de militância política, pois para além de aflorar da raiz ibérica que constitui a nossa origem, ele é um dos escritores mais críticos aos autoritarismos em prol de poder econômico cometidos por sistemas que se autodenominam democráticos, e um humanista defensor do envolvimento direto do bom cidadão na vida pública para a regeneração da democracia. Ademais, a sua figura tem relevada importância no mundo luso-brasileiro, uma vez que expunha grande conhecimento do Brasil nas suas comunicações e em várias de suas publicações. Tendo em vista o panorama global no momento em que *Ensaio sobre a lucidez* foi publicado, Saramago tinha a consciência de que ao falar sobre democracia, o seu discurso abrangeria países como o Brasil.

Pelo fato do nosso regime de governo ser presidencialista, o afastamento da presidente acaba por ser um evento estrondoso, mesmo acontecendo dentro de uma crise política tão acentuada. Por isso, nos atemos cronologicamente ao processo de *impeachment*, considerando o afastamento da governante o ápice da instabilidade nacional. O recurso da medida excepcional foi um ponto de partida para a comparação entre esse período no Brasil e o romance de Saramago, pois na obra, o governo também é levado a adotar uma medida grave frente à uma crise política sem precedentes. A comparação nos é plausível porque em ambas as esferas, a atuação do governo gera controvérsia e, em certa instância distancia os cidadãos dos seus direitos.

Para isso, analisaremos a obra literária identificando o posicionamento crítico do autor ao longo da narrativa, fazendo comparações com a realidade referida nos pontos em que a semelhança entre os aspectos das duas instâncias figurar-se pertinente. Traçaremos, portanto, um paralelo entre os eventos fictícios e os reais, nos privilegiando da forma de ensaio que Saramago atribuiu ao romance, pois a partir desse molde, nos é permitido dar vários sentidos à obra, nos pautando por considerações de Walter Benjamin e György Lukács, quando afirmam que o gênero ensaio proporciona o acesso a várias áreas do saber em uma só obra. Nesta perspectiva, concluiremos a leitura fazendo uma reflexão crítica sobre a nossa própria realidade.

Para tanto, antes da leitura propriamente dita, este trabalho se dedicará a apontar os fatores sociológicos e literários que legitimam essa abordagem. Por isso, se fez necessário recorrer a publicações de ciências políticas e noticiários, para além das obras de literatura e teoria literária. O primeiro capítulo é destinado a apresentar aspectos históricos e políticos do

processo de *impeachment* que vamos retratar. Tendo em vista, que o propósito maior deste trabalho é constatar que a verdadeira democracia só vem pelo protagonismo do povo, essa primeira parte dedicará um subcapítulo à uma breve revisão da história da colonização do Brasil e como se deu sua emancipação como nação, buscando entender o caráter do cidadão brasileiro e o porquê da sua resistência em abdicar da pessoalidade para tratar de assuntos da esfera pública. Neste contexto, a leitura de Sérgio Buarque de Holanda e a absorção de alguns de seus distintos conceitos se fez fundamental.

O segundo capítulo propõe-se a expor a importância do intelectual, sobretudo para o nosso caso, o das letras, no que diz respeito a compreender fatos que envolvem uma ciência tão complexa e variável como a política. Aqui se procura também justificar por que José Saramago é o escolhido para tratarmos dessa situação em particular, para essa razão, o subcapítulo desta segunda parte dedica-se brevemente a analisar a possível aproximação entre a nossa identidade e a portuguesa. O terceiro capítulo apresenta a obra *Ensaio sobre a lucidez* (2004) ao apontar as características do texto que mais propiciaram a visão da crise política no Brasil pelo seu viés, fundamentando-se na fortuna crítica de sua obra, aqui representada por nomes como Teresa Cristina Cerdeira e Monica Figueiredo. No subcapítulo seguinte atentaremos especialmente para a forma textual com a qual Saramago intitulou o seu romance, e apresentaremos o respaldo teórico que nos instruiu a explorar o gênero do ensaio da maneira como fizemos com essa obra ao recorrer à análises feitas no âmbito externo à língua portuguesa, nomeadamente às leituras de Benjamin e Lukács realizadas pelos norte-americanos Krista Brune e David Frier e pelo argentino Miguel Alberto Koleff para examinar o uso que Saramago faz do recurso da alegoria,

O quarto e último capítulo traz a comparação entre *Ensaio sobre a lucidez* e o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, indicando os pontos de semelhança entre ficção e realidade, em razão dos quais foi possível traçar o paralelo entre momentos da narrativa e fases do processo. Ao final da comparação, refletiremos criticamente sobre a questão ética que se obtém da leitura, no lugar de máximo entendimento da obra como um ensaio. Pretende-se elucidar que essa questão vem da crítica que Saramago faz aos governantes como supostos representantes da democracia e da esperança que ele cultiva no cidadão lúcido como responsável pela regeneração da democracia através do seu senso crítico e das suas virtudes.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA CRISE QUE LEVOU AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Desde junho de 2013, as ruas do Brasil tem sido tomadas pela indignação de um povo que não quis esperar o momento da urna para reclamar as mudanças que julga necessárias. O mote inicial das manifestações foi o aumento de vinte centavos (R\$ 0,20) no transporte público em São Paulo. Entretanto, os manifestantes repetiram extensivamente que, evidentemente, esse não era o único motivo. Prosseguiram eles com os reclames pelas vias das cidades a céu aberto, bradando com todo vigor e a toda hora que “o gigante acordou” e que não “era só pelos vinte centavos”.

Todavia, a maior parte dos cidadãos, quando questionada individualmente pelo que era então que tinha vindo para a rua, parecia não ver necessidade em nenhum arrojado para formular qualquer resposta. Certos de que o estado de calamidade pública abrangia a coletividade de tal forma, que o sentido para tudo aquilo já estava implícito, assim, as respostas mais articuladas eram: “é por isso, é por tudo”. Como disse Luis Fernando Veríssimo em agosto de 2015 em crônica publicada no portal do jornal *O Globo*: “Os manifestantes contra o governo sabem o que não querem — a Dilma, o Lula, o PT no poder —, mas ainda não pensaram bem no que querem”.

Continuaram as gentes nas ruas com suas reivindicações muito bem compreendidas, mas não igualmente bem explicadas. Em 2014 uma força-tarefa do Ministério Público Federal deu aos brados populares a semântica que lhes faltava. O povo passou a fazer coro com a maior operação anti-lavagem de dinheiro da história da política nacional. A Lava-Jato com suas delações, buscas e apreensões, esclareceu o “isso tudo” das manifestações: a corrupção.

Com o inimigo em comum, as multidões iam para a rua carregar as suas faixas, mas sem levantar bandeiras. Uma vez que os protestos eram puramente contra os desvios de verbas, não se via sentido em declarar partido. Entretanto, a espremida reconquista de Dilma ao Palácio do Planalto foi sucedida pelo susto da crise internacional, que nos cofres nacionais mostrava que já havia chegado há algum tempo. A presidente reeleita não pôde manter as ações de conciliação de interesses que tinha realizado até então, ainda que não com a mesma destreza do seu ilustre predecessor. Como observa o professor de Ciência Política da Unicamp, Armando Boito Jr (2016), a frente neodesenvolvimentista de seu governo passou a recuar em passos largos, cedendo a várias cláusulas do programa da oposição, o que resultou numa austeridade que não condizia com a sua propaganda que é a de um partido que foi

fundado para combater a miséria e oferecer oportunidades para o povo. A parcela que a reeleger sentiu-se enganada, sobretudo em momentos como a entrega do Ministério da Agricultura a uma grande empresária pecuarista, pois ao fazê-lo, o governo em mais uma ocasião desviou-se da sua primazia partidária que é, segundo a história do Partido dos Trabalhadores publicada em *site* próprio, a necessidade de promover mudanças na vida dos trabalhadores do campo e da cidade e dos militantes de esquerda. Tal favorecimento do setor financeiro deixava clara a grande contradição da sua gerência.

Abriu-se, então, o flanco pelo meio do qual dividiram-se as aglomerações em protesto. A suposta anti-partidarização verde amarela de antes tornou-se o embate entre o lado vermelho e a oposição agora declarada. A conciliação de interesses opostos que o segundo mandato de Dilma não teve pulso para sustentar desajuntou-se na polarização que caricaturou a trajetória até a abertura do processo de *impeachment*.

Nas redes sociais, onde o ativismo político ascendeu horizontalmente de uma maneira estrondosa, os dois polos se caracterizaram bem em seus respectivos espectros políticos e inclusive, trocaram alcunhas. A esquerda, diante de uma oposição composta por jovens de classe média que até então não costumava se manifestar, critica tais oponentes por seu conservadorismo e sua abertura a um liberalismo que em prol de metas financeiras realiza a retenção de recursos para ações sociais, os denomina “Coxinhas”. Deste outro lado, a direita, que em nome da recuperação da crise, acredita e defende a liberdade do mercado e repudia a bandeira vermelha cujo hasteamento aponta nos maiores casos de corrupção que assolaram os cofres públicos, aos seus adversários, portanto, chamam “Petalhas”.

Embora “coxinhas” e “petralhas” não tenha sido mais do que o modo pelo qual as oposições estigmatizaram-se mutuamente, esses rótulos calharam por expor a polarização política do Brasil com mais definição do que os próprios planos de ação de cada partido. Diante da resignação da crise em um país que declinava economicamente desde 2011 – ano em que as altas taxas de juros passaram a integrar entre os causadores da queda do PIB, de acordo com análise feita em setembro de 2014 – o governo mesmo sujeitando-se a incoerência ideológica ao alinhar interesses com a direita, não conseguiu manter o solo nacional firme diante dos abalos sísmicos da crise internacional (DRUMMOND, 2014).

Neste cenário aguçaram-se os conflitos entre as classes partidárias, porque aos erros do governo federal que em nada testemunhavam a seu favor, estava muito atenta uma oposição que a isso somava os seus escândalos de corrupção, principalmente os que arrombavam os recursos da nossa maior empresa estatal. Do lado favorável à presidente, estavam aqueles beneficiados pelas medidas democratizantes de seu partido que ainda não

havia sido atraídos pelo discurso neoliberal. Estes com algum filtro analisavam os discursos da mídia, que foi instrumento pelo qual o poder Judiciário, para o qual o povo renovou votos de confiança por causa da operação Lava-Jato, mobilizou grandemente a opinião pública. Esta parcela da divisão nacional estava atenta para a seletividade de vazamentos das investigações da operação, e para as tendências a parcialidade dos maiores veículos de mídia do país.

A crise alimentava os ânimos acirrados, e estes, polarizados, também serviam de substrato para a crise. O aparelhamento do Estado cambaleava atingido pela pressão popular. Chegou então o momento em que tanto as manifestações de rua quanto as instituições que a cada dia mais perdiam o crédito da sociedade precisavam apontar um culpado “por isso, por tudo”. Em dezembro de 2015, portanto, a crise política no Brasil alcança o seu auge: dá-se abertura ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Há um sem conta de fatores externos e internos que causaram a crise política no Brasil. O principal agravo, provavelmente, é aquele na esfera global, a crise no capitalismo internacional, que a qualquer momento se faria sentir em âmbito nacional, dada a larga expansão da nossa política externa, sobretudo com grandezas também emergentes. Outro fator protagonista foi o moral: nunca houve na nossa história a apreensão de tantos casos de corrupção. O derradeiro elemento foi o povo assistir das ruas a esta combinação desastrosa, consciente de sua capacidade para militar a favor dos seus direitos. O cidadão consciente no exercício dos seus direitos pode, sem dúvida, ser o maior agente causador de uma crise política, uma vez que tem discernimento para diagnosticar o que não está a funcionar bem na sociedade, e autonomia para reivindicar melhorias. O aparelho de Estado, no entanto, como o entendemos em Althusser (1987), é programado para resistir à mudanças. A pressão popular neste caso, como nos principais eventos históricos em que o povo se insurgiu contra a ordem regente, age impedindo que o Estado permaneça no mesmo funcionamento.

Numa conjuntura cujos determinantes são tão complexos e variáveis, este povo e as instituições que aparentemente têm o seu trabalho instrumentalizado por interesses particulares, materializaram o responsável por uma crise capaz de afetar um país com extensões continentais numa única figura. Uma pessoa. Uma mulher.

Torna-se evidente neste processo, a política de feição moralizante que tem sido praticada no Brasil. O que sobressalta, entretanto, é a pessoalidade da grande parcela social, e nesta estão inclusas desde camadas populares até as frentes do executivo, com a qual responsabilizaram um único indivíduo pela recessão catastrófica que ora presenciamos. Foi com essa feição que a direita conduziu os afetos ardentes dos protestos. Porém, sobrecarregar a política de caráter moral tende a individualizar o seu propósito, isto é, as ações acabam por

ser realizadas de pessoa para pessoa, acometendo as suas individualidades e, isso anula o maior princípio da política: a coletividade.

2.1 A FORMAÇÃO DO CARÁTER DO CIDADÃO BRASILEIRO

A história de nossa colonizada nação mostra que desde a fundação do povo de mestiços que é o brasileiro, percebe-se no seu perfil a incapacidade de qualquer forma de organização impessoal para além daquelas que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade, como afirma Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936).

A herança que recebemos da cultura europeia vem de uma nação ibérica, isto é, uma região fronteiriça do velho mundo. Oriundos de uma região que era considerada uma das pontes de relacionamento entre o continente e o resto do mundo, é incontestável que no contato com outros povos, nossos colonizadores pouco preservaram do ser polido e politizado que era o habitante do centro europeu. Foram os portugueses quem prosperaram nas nossas terras, pois eles conseguiam viabilizar relações com sul-americanos, tal como o faziam com os africanos. Segundo, Buarque de Holanda, havia neles uma ausência de orgulho de raça, por isso eram uma nação sem estratificação social estável e, esse foi o elemento que garantiu a maleabilidade social com que logo familiarizaram-se ao Brasil, que adquiriu uma complacência que até hoje é sua característica.

O estabelecimento urbano foi bem tardio no Brasil, ocorrendo somente após a vinda obrigada da corte portuguesa em 1808. Uma vez que a cidade é onde a atividade política se realiza, esse atraso em relação a outras civilizações, provocou o surgimento de uma sociedade com grandes dificuldades em distinguir o domínio público do privado. Até a chegada do Rei no início do século XIX, a nossa organização social fundamentava-se num sistema patriarcal de economia latifundiária e escravocrata, as cidades eram simplesmente dependências dos domínios agrários. A implementação do espaço urbano brasileiro, portanto, tinha por princípio que o soberano de cada nação deveria considerar-se o chefe de uma vasta família, seguindo o raciocínio de que quanto mais patriarcal fosse, mais justo e poderoso seria e, conseqüentemente, mais cordial e voluntária seria a obediência a ele. Isto posto, via-se no aparelho familiar o modelo para o aparelho de Estado.

Abandonar o modo familiar de enxergar o sistema social era uma incapacidade para a recente sociedade brasileira, pois compreender a exterioridade implicava admitir verdades sem incorporar a elas valores pessoais, uma disciplina que à qual a ordem patriarcal estava resignada a se submeter, pois enquanto para eles a cidade consistia em noções

abstratas, a família era a realidade concreta. Dado que o modelo a ser seguido era o familiar, logo a lei moral era superior a vontade dos homens. O fundo emotivo transbordante no cidadão brasileiro até hoje, tem sua origem já nos primórdios da construção do Brasil, que desde lá formou-se para não separar os sentimentos individuais das abstrações gerais, e por isso atribuir valores morais a toda a realidade em que está circunscrito.

O caráter brasileiro historicamente construído dota o cidadão, de acordo com Sergio Buarque de Holanda, de uma repulsa por toda hierarquia nacional que se põe como obstáculo à autonomia do indivíduo. A sequência de eventos no Brasil de dezembro de 2015 até agosto de 2016 reiteram essa consideração, pois segundo esta lógica, materializar a culpa pela instabilidade política de um país inteiro em uma só pessoa é uma atitude essencialmente pessoal e deixa o cidadão livre de desvincular-se de sua individualidade e dos afetos de que é composta.

O que viu-se no Brasil foi um conflito entre pessoas e pessoas, e não houve o entendimento do decurso como o resultado da recessão de todo o sistema político. A responsabilidade apontada e a destituição de cargo como se deu, mostra que o brasileiro é um povo movido pelo afeto mesmo quando as circunstâncias exigem outras capacidades de abstração e, como se sabe, afetos são geridos por preferências, logo, o que ocorreu em nosso país foi outra demonstração daquilo que Buarque de Holanda denuncia (2004, p. 160): “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal entendido”. A ordenação impessoal que exige o Estado para favorecer a sociedade em detrimento do indivíduo é habilidade parca da nossa mentalidade, pois os cidadãos brasileiros, quando em exercício democrático, tendem a examinar pessoas, e não cargos. Por isso, muitas vezes funções do aparelho de Estado passam despercebidas ou mesmo desconhecidas, pois o que se analisa com minúcia são as pessoas de carne e osso por trás deles.

As falhas do nosso sistema político portanto, devem-se muito mais ao valor desmoderado que se atribui ao caráter individual de cada pessoa que o compõe do que puramente as avarias das organizações. O que resulta dessa mecânica sustentada por ações unilaterais, são infortúnios históricos como os que Sergio Buarque de Holanda (2004, p.182-183) delata:

As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias [...]. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão.
[...] Podemos organizar campanhas, formar facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma ideia nobre. Ninguém ignora, porém, que o aparente triunfo de um princípio jamais significou no Brasil [...] mais do que o triunfo de um personalismo sobre o outro.

Entre outros importantes aspectos, fica exposto em *Raízes do Brasil*, o grau de informalidade que pauta as relações interpessoais na esfera pública. Mais do que a afabilidade e a amabilidade, há a predisposição a não respeitar as hierarquias, procedimentos e leis. Esses traços tão característicos do conjunto social brasileiro, Caio Prado Junior justifica mais tarde em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), através do panorama da sociedade que se originou da colonização. Cultivando uma visão marxista desse processo histórico, Prado Junior critica o sistema econômico da colônia por suas perspectivas tão mesquinhas para forçar a incorporação de raças e culturas entre si por meio do trabalho servil e da dispersão do povoamento. A ausência de polidez no caráter sócio-político portanto, segundo ele, é consequência da formação colonial que se estruturou com incoerência no povoamento, pobreza na economia, dissolução de costumes e corrupção de dirigentes leigos e eclesiásticos (PRADO JR, 1961, p.355).

A julgar pelos fatos ocorridos, o que se encontra defasado no nosso sistema político é o entendimento da ética. As acusações mútuas trocadas pelos maiores partidos políticos do país revelam uma natureza moral que se sobrepõe ao caráter que os debates pelo poder do Estado deveriam ter. Os juízos pautados na moralidade, por consequência, são pessoais e não raramente ignoram as reais relações que as pessoas em seus cargos públicos mantêm com as exterioridades que as concernem. A intimidade das pessoas, algo que não deveria ser identificável na vida pública, tem recebido holofotes sem qualquer relevância para os ritos parlamentares, tal como assistimos na votação do processo de *impeachment* e em seguida, no julgamento de Dilma no senado.

Uma das consequências – a médio prazo – da supervalorização da moral em detrimento do exercício da ética produziu o interessante episódio na história brasileira, no qual o presidente da câmara de deputados que autorizou a abertura do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, a seguir teve o seu mandato cassado. A crise, portanto, é ética, porque como constata Aldo Fornazieri (2016), professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na atual guerra política e partidária brasileira ocorre um uso abusivo do conceito de ética e de forma quase sempre não legítima.

Os que, com algum discernimento, acompanharam o caminhar do processo assistido pela polarização das ruas, certamente perceberam que as forças antagonistas desse conflito pecam exatamente por sua incapacidade de agir para além de interesses oligárquicos. Ao que parece, o partido da presidente que foi julgada erra por apesar de apresentar um argumento de defesa, não ter uma atitude real para não mais permitir que a culpa por todos os seus equívocos políticos e administrativos, e também por integrantes que corromperam seu

caráter, seja enfrentada em suas consequências mais fatais por uma só pessoa. Os demais grandes partidos, presumivelmente, erram porque diante da crise, parecem não adotar outro objetivo que não seja apontar uma única culpada pelo estado das condições e estruturas que promovem a instabilidade atual de todos os setores do País.

3 A IMPORTÂNCIA DO INTELLECTUAL PARA ENTENDER A POLÍTICA

Examinar o cenário político no qual está inserido é o dever de todo cidadão. Dado o atual contexto nacional, é necessário buscar compreender suas nuances mais intrincadas afim de identificar se os erros são frutos de atitudes desastrosas ou criminosas. Esta é uma tarefa que cabe ao cidadão crítico, dono da habilidade de ser ciente da sua subjetividade para visar o mundo objetivo, isto é, observar o meio social que o circunscreve, consciente de que é o mesmo meio que o faz observador. É dessa forma que Jean Paul Sartre esquematiza o trabalho intelectual, mostrando que é uma ação de duplo movimento: interiorização e exteriorização. Sendo a política uma atividade puramente intelectual, é pertinente aludir ao autor francês em seu texto *Em Defesa dos Intelectuais* (1972), pois o cidadão crítico e, sobretudo, o estudante das Letras devem recorrer a eles para a tomada de consciência política.

Infelizmente, ao se levar em conta a formação do caráter do Brasil, tal como brevemente exposto acima, não podemos excluir desse processo a formação dos nossos intelectuais. Há de se ver que para formar líderes de Estado e governantes, dever-se-ia lidar com a familiaridade e a personalidade do indivíduo. Para os trabalhos que dependiam da inteligência o critério não era outro, embora evidentemente, o pensamento crítico exija faculdades muito além das emocionais.

Antonio Gramsci deflagra no segundo volume de seus *Cadernos do Cárcere* (2006) o quadro da base intelectual no Brasil, que assim como outros países da América Latina, tem sua origem na civilização portuguesa e espanhola e, portanto, engendra-se em categorias tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia, regida pelo tipo rural onde predominava o latifúndio.

Este retrato ratifica o que apontou Buarque de Holanda nos traços da intelectualidade concebida no país: uma missão conservadora e senhorial, que dessa maneira, permanece indo ao encontro da cordialidade com que se romantizava desde o século XIX que o Estado era uma evolução retificada da família. Pelo que poderia se esperar das funções intelectuais no Brasil, portanto, elas não serviram para o propósito de fazer o homem ter consciência de si em prol de uma maior compreensão dos valores abstratos que a sociedade demandava para evoluir. Pelo contrário, também dedicaram-se a enaltecer as individualidades, “para se distinguir no saber principalmente um instrumento capaz de elevar seu portador acima do comum dos mortais” (HOLANDA, 2004. p.164). Os intelectuais brasileiros, nessa trajetória, tais como cita o autor brasileiro: médicos, professores, engenheiros, advogados, jornalistas, não encontram um fim em favor da sociedade, como por fundamento são formadas

estas profissões, a obra destes trabalhos não é tão importante quanto o fim em si mesmo, pois o mérito do título de doutor é a exaltação da personalidade individual.

Estes traços são nitidamente reconhecíveis nos políticos brasileiros, assemelhando-se estes ao dirigente tradicional a que Gramsci (2006, p.35) faz referência. Esse homem público tem um perfil que representa um perigo para o Estado, uma vez que ainda trabalha para o engrandecimento pessoal, munido de um espírito cordial que Sergio Buarque de Holanda descreve como sendo aquele em que o indivíduo expõe suas sensibilidades e emoções e age em benefício delas, estabelecendo a supremacia do individual ante o social. Sem a desvinculação necessária da pessoa em nome dos interesses do coletivo, é incontestável o desequilíbrio social. Esta desvinculação não acontece nem do lado da classe dirigente, que age por seus próprios interesses, nem da classe popular, que materializa suas noções de governo nas figuras pessoais e não nas instituições e nos partidos.

Entretanto, o intelectual ao qual recorreremos para expandir a nossa visão da crise política no Brasil não pertence àquela classe favorecida pela aristocracia e que se formou apenas para o enaltecimento de si mesmo e para conservar a sua horda. O intelectual perscrutado aqui é aquele que Gramsci (2006) denomina orgânico, formado no seio de sua classe e que mais tarde, Sartre (1994) enxergou como uma espécie de traídor de classes, pois sendo funcionário das classes dominantes, torna-se um intelectual pelas condições que elas lhe oferecem, para assim, empreender sentidos para exprimir o espírito objetivo das classes dominadas.

Recorremos ao tipo de sujeito que harmoniza o trabalho criador e a militância intelectual, como descreve Antônio Cândido (2006, p.87), ou seja, ao homem das letras, que segundo Jean Paul Sartre (1994) é o intelectual por excelência, pois em seu ofício está a contradição da particularidade e do universal, justamente aquela que a análise comparativa que este trabalho se propõe a fazer, se dedica a identificar para achar meios na obra literária para superá-la. Este homem das letras “encontra em sua tarefa interna a obrigação de habitar no plano vivido sugerindo ao mesmo tempo a universalização como afirmação da vida no horizonte. Nesse sentido, ele é intelectual [...] por essência” (SARTRE, 1994, p.71-72). É por isso que cabem a este homem as tarefas referidas por Cândido (2006) de reconhecer-se a si mesmo como cidadão, homem da *polis*, para difundir as luzes e trabalhar pela pátria, o que pode ser entendido como uma leitura de Sartre, quando aponta para o labor do intelectual como a contestação da verdade em nome da obtenção de uma concepção global de homem e sociedade.

3.1 JOSÉ SARAMAGO: INTELECTUAL DAS LETRAS E MILITANTE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Pela sua nacionalidade por si mesmo intitulada ibérica, José Saramago reproduz em sua escrita a valorização do indivíduo, o que lhe confere a característica que muitos teóricos exaltam em si que é “a magnífica capacidade de estabelecer cumplicidades explícitas com o leitor” (SEIXO, 1999, p.21). É este caráter pessoal e nacionalista que coloca o escritor português no lugar específico para cumprir o compromisso intelectual ao qual se devotava, que nomeadamente por Fernando Gómez Aguilera (2010) consistia em desvendar os mecanismos de poder, as causas das desigualdades e a deteriorização das democracias.

Isso explica o emprego último que tencionamos dar à sua ficção para os propósitos específicos deste trabalho, que em suma pretende realizar a leitura de sua obra *Ensaio sobre a lucidez* (2004) extraindo dela os saberes políticos e éticos que a sua forma em ensaio disponibiliza a fim de pautar-se pela narrativa para refletir sobre a crise política no Brasil que culminou no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma. Portanto, para além de nos debruçarmos sobre sua literatura, como intenção principal já anunciada, é importante evocar previamente a figura intelectual que foi Saramago, o escritor profundamente incomodado com os sistemas de poder que tiram do povo os seus direitos e o seu papel nos feitos históricos e o comunista que aliava a militância política a atividade literária, além da grande voz que é na esfera da língua portuguesa, onde a sua consciência global nos possibilita ambular entre as conjunturas portuguesa e brasileira.

José Saramago se diferencia de outros escritores, segundo Mirian Rodrigues Braga (1999), por ter assumido funções de tradutor, crítico literário, jornalista e crítico político, o que lhe confere este estatuto de sujeito intelectual com a implicação particular nas questões que envolvem a língua. Sobre o fato de ter sido dos poucos intelectuais das letras que pôde viver em Portugal da profissão de escritor, Maria Alzira Seixo, em 1999, destacou os sete meses do ano de 1975 em que foi diretor adjunto do *Diário de Notícias*, um dos jornais de maior referência de Portugal, pois este foi um período crucial para a maturação socioliterária e estética do autor.

Neste aspecto, é muito interessante a história da sua formação intelectual, pois deu-se de uma forma orgânica tal que, Aguilera (2010) a considera autodidata e mesmo accidental. Serralheiro mecânico formado, não pôde prolongar os estudos no liceu por problemas financeiros. Preparado tecnicamente para servir a classe dominante que mais tarde criticaria arduamente, a trajetória que fez para tornar-se o comunista erudito que foi, tem no

seu decorrer marcas sacralizantes, uma vez que Saramago passa a ter um cargo importante no jornal pelo qual, pequeno aprendeu a ler quando o pai trazia para casa exemplares que ganhava no trabalho. Não por acaso, sua voz própria só ganha notoriedade numa fase relativamente tardia de sua vida de escritor. Seu primeiro grande romance foi publicado em 1980, já aos seus 58 anos – *Levantado do Chão* – onde já se percebe bem traçada a maturação a que se refere M. Alzira Seixo, na forma como a sua escrita aborda a relação com o trabalho combinado a um impulso poético rebuscado, uma mesclagem que garante que o escritor postule a si mesmo como autor realista, embora dono de uma prodigiosa capacidade de fabulação.

Acerca de seu filamento ao Partido Comunista Português em 1969, Aguilera (2010, p.232) ressalta que José Saramago foi um militante ativo de base de colaboração intensa e, que dentro desse espaço político defendia a autonomia da literatura. Ao seu modo de entender a política e agir em nome dela, identificava o socialismo como um estado de espírito, o que o deixava livre para tecer duras críticas aos regimes de socialismo real, assim associava a sua ideologia política ao seu código genético intelectual. Sempre criticava os partidos de esquerda pelo abandono das políticas e reivindicações que lhes são próprias, tal como fez em 2008, ao tecer severas considerações quando da crise econômica mundial que assolava os cofres internacionais.

Eu, que entretanto tinha feito outra descoberta, a de que Marx nunca havia tido tanta razão como hoje, imaginei, quando há um ano rebentou a burla cancerosa das hipotecas nos Estados Unidos, que a esquerda, onde quer que estivesse, se ainda era viva, iria abrir enfim a boca para dizer o que pensava do caso. Já tenho a explicação: a esquerda não pensa, não age, não arrisca um passo. [...] “Onde está a esquerda?” Não dou alvíssaras, já paguei demasiado caras as minhas ilusões (SARAMAGO, 2008).

A sua presença forte nos meios de comunicação tornou públicos de forma enfática os seus juízos e opiniões. Percebe-se no seu discurso que a tendência moralizante e justiceira que reproduz não se limita apenas as suas obras, ao passo que é possível identificar que para isso, alicerça-se sobre uma forte base marxista, enquanto salienta a tomada de consciência, como meio para diferenciar o modo como a realidade aparece do modo como é concretamente produzida.

Além disso, evidencia um repúdio a políticas neo-liberais e assim, também enfatiza a partir da reprovação às democracias atuais que as eleições tem servido para mudar governos e não mudar o poder. O seu papel de intelectual, portanto, claramente é o de questionamento que desempenha um exercício de contra-poder, como reitera Aguilera, com independência em relação a qualquer um dos lados onde esse poder opere. Dessa forma

realiza o papel de intelectual consagrado por Foucault (2012, p. 131-134): “o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento na ordem do saber, da *verdade*, da *consciência*, do discurso”.

Herdeiro da mentalidade portuguesa, Saramago trazia em si a consciência de um povo que distinto de seus conterrâneos europeus é menos polido, tem um trato mais pessoal para com as questões políticas e por isso baseia seus convívios numa ética de fundo emotivo, onde os indivíduos procuram nos seus governantes, símbolos personalizados dos seus interesses mais singulares. É natural que da sua própria etnia, José Saramago conserve traços de personalidade, que são evidentes em sua obra, o que predomina no entanto, é a forma como a isso engendra a formação rústica que teve, advinda de sua origem humilde, e é isso que fala mais alto em sua literatura. Oriundo das classes populares mais baixas, ele soube identificar essa vocação nacional à exaltação do indivíduo como uma incapacidade de abstração que a política, como esfera coletiva exige e, mais do que isso, teve a idoneidade de colocar tais ideias em confronto afim de compreender as insuficiências de que sofre a democracia em um domínio onde não prevalece o entendimento de povo.

3.2 O ELO FUNDADOR DA IDENTIDADE BRASILEIRA

É necessário esclarecer que tomamos aqui a propriedade de abordar o caráter social do cidadão brasileiro através de uma ótica lusitana, pois a aproximação da identidade brasileira à portuguesa é lícita devido ao vínculo histórico existente entre ambas. No entanto, na busca por uma identidade a partir de tal vínculo, o discurso português difere muito do brasileiro, expõe Eduardo Lourenço (2001). Da perspectiva da nação colonizadora, o Brasil é uma invenção portuguesa prolongada, pois a sua história é o maior condicionante da sua vida social e, por essa razão, mantém uma possessiva cordialidade com a sua ex-colônia ao apontá-la com uma feição orgulhosa como de quem apresenta ao mundo um filho que cresceu e tornou-se independente.

Do outro lado do Atlântico, o Brasil, desde o modernismo tentou com afínco construir uma nova imagem, o que é artisticamente manifestado no Romantismo, quando o índio, única figura nativa do Brasil até então, foi estabelecido como herói nacional. A ruptura que esses movimentos culturais desejavam, promoveu-se finalmente na Semana de Arte Moderna em 1922, depois de o Brasil ter passado um século voltando a sua atenção a novas fontes de cultura para além da portuguesa. Assim, o processo de emancipação nacional brasileira prosseguiu como fazia desde a independência no intento de alcançar a legitimidade

de uma nação autônoma no futuro, se distanciando do passado, enquanto Portugal vive pela glória do seu.

Reafirmado ou negado, a verdade é que o elo entre a identidade portuguesa e a brasileira existe e a realidade social de cada uma dessas nações foi fundada em razão dele. José Saramago é uma figura de peso nesse mundo luso-brasileiro, pois conhece muito bem a própria história e sabe o domínio que as suas obras exercem no território ultramar da língua portuguesa. De acordo com o historiador português Rui Ramos (2013), existe um integralismo lusitano, pelo qual o país crê poder manter a sua iconoclastia num exercício de intermitente restauração. Por isso, continua a agregar o Brasil à sua identidade nacional – sua mais destacada conquista – ainda a valer-se de suas proezas transatlânticas para compensar as limitações de seu modelo cívico. Ainda em 1960 conservavam um ministério do Ultramar, que seguia como plano de ação a mensagem mítica d’*Os Lusíadas*, lendo no épico “uma concepção do Estado ao serviço de uma missão nacional” (2013, p.96).

A nostalgia da era monárquica se acentua em Portugal com as frustrações políticas do presente. Mesmo a sua democratização cujo processo lhe concedeu a adesão a Comunidade Europeia e assim, pôde reivindicar outra vez o papel de mediador entre a Europa e o resto do mundo, não foi capaz de abafar a crise da dívida do país no início do século XXI. Assim, fez-se um momento mais que oportuno para intensificar os laços com antigas colônias, principalmente o Brasil. Este estreitamento do elo torna a aproximação entre as perspectivas dos dois países ainda mais plausível para este trabalho, pois assim se nota que Portugal enfrenta problemas democráticos, tais quais o Brasil também encontra na sua contemporaneidade.

O filósofo português José Gil (2004) aponta uma série de entraves na democracia de seu país, que infelizmente, nós também podemos identificar na nossa, como os seguintes: o divórcio entre democracia e conhecimento, já que o conhecimento geral é baixo por falta de mediações entre o especializado e o popular, o que resulta numa sociedade sem espírito crítico que exerce uma democracia com baixo grau de cidadania. Justamente o que Saramago procura combater em sua obra. Além disso, é reconhecida uma cegueira geral no que diz respeito as transformações pelas quais o país passou nos 40 anos de democratização pós 25 de abril, o que explica pela falta de aceitação em ser um país como os outros mesclada a uma normatização baseada em velhos reflexos de obediência que restaram da ditadura. Diante desse retrato, há muitas semelhanças entre Brasil e Portugal a se identificar, as que concernem as questões de que trata este trabalho, encontram-se nas considerações do escritor político Rui Tavares (2013, p.219):

[...] há nesse início do século XXI uma sensação crescente de que a democracia não permite aos cidadãos exercer um poder que permitisse mudar as coisas que verdadeiramente contam. Seja porque os governos perderam poder sobre os mercados, seja porque os cidadãos perderam poder sobre os governos. Seja porque a corrupção estabelece poderes particulares na administração do estado, seja porque a complexidade das coisas a administrar não permite um conhecimento direto delas por parte da população

Tanto em Portugal como no Brasil houve um processo de redemocratização pós-ditadura cujo sistema resultante sofreu um colapso nesse início de século. As esperanças utópicas desencadeadas pelo 25 de abril de 1974 em Portugal, podem ser aproximadas as do Brasil com a esquerda no poder quando o PT assume a presidência. Lincoln Secco, professor da Universidade de São Paulo escreveu sobre os dois eventos: a Revolução dos Cravos e a *História do PT*, obra que publicou em 2011.

Acerca do episódio português que pode ser considerado o último revolucionário a inspiração de 1789 na França, Lincoln Secco recorda:

A Revolução Portuguesa, na sua tarefa histórica de realizar o programa liberal oitocentista, precisava, naquela conjuntura histórica, falar uma linguagem socialista. Toda a política portuguesa deslocou-se à esquerda. Monarquistas falavam em socialismo. Conservadores defendiam a “ordem revolucionária” (desde que fosse uma “ordem”). Porque, do dia para a noite, explodiu o chamado poder popular. Vieram as nacionalizações de bancos, empresas de seguros, indústrias, meios de comunicação. Trinta anos depois, sabemos quais foram os destinos pessoais e as escolhas dos oficiais e civis que participaram da Revolução dos Cravos. Mas pouco conhecemos das estruturas políticas, ideológicas e mentais que limitaram suas escolhas (2004, p.11).

É possível comparar essa realidade com a que Secco registra mais tarde em *História do PT* (2011): a trajetória de um partido que se fundou também em um cenário de redemocratização. Por suas formulações próprias, o primeiro partido de esquerda que assumiu o poder do Brasil era original. Nasceu da concentração industrial em São Paulo, mais especificamente dos movimentos grevistas na década de 1980, um sindicalismo próprio. Desde a sua fundação, o partido amalgamou setores diversos da sociedade: igreja, militantes de esquerda, profissionais liberais e intelectuais em prol de uma mesma meta: redemocratizar o país. O partido que se consolida durante a década de 1990 revela a tendência da liderança em se afastar das suas bases, pois mantém uma relação muito frouxa com as teorias socialistas.

O PT foi se afastando do discurso do socialismo e dando lugar a assuntos organizativos. O partido que começou com grande contingente de militantes, na verdade não tinha grande formação política, segundo Secco (2011) era fundado numa formulação teórica própria acerca do socialismo, e com o tempo esses militantes foram se tornando intelectuais e profissionais da política, como o próprio Lincoln Secco que escreveu a *História do PT* já fora

militante do Partido, hoje é professor da USP e leva outros como ele a compreender as profundezas dos processos políticos. Há uma grande virada que caracteriza a trajetória do PT no governo, que começa em 2005 depois das muitas forças que o deixaram devido a primeira crise.

Constatamos aqui duas conjunturas onde a esquerda se encarregou de um processo de democratização e foi alimentada por esperanças utópicas. No entanto, no exercício do poder, por se afastar de suas bases foi perdendo militância e, de certa forma, colocou em xeque a própria democracia. O próprio Saramago apontava as mazelas da esquerda diante de panoramas como estes, mesmo sendo ele membro do Partido Comunista Português.

As questões de identidade nacional de Portugal e Brasil constituem parte determinante deste trabalho, no entanto, devido a sua complexidade nos limitamos a este sucinto olhar para o seu enquadramento, uma vez que a nossa temática se atém aos aspectos políticos em detrimento dos subjetivos e sociológicos que a questão identitária concerne. Contudo, por este breve parecer, podemos situar Saramago no ponto preciso para nos guiar à tomada de uma consciência mais concreta e imediata acerca dos acontecimentos sócio-políticos aos quais pretendemos aludir com a sua obra em questão, pois nessa posição ele cumpre o papel que Foucault (2012, p.46-47) chama de “intelectual específico”, que é aquele que trabalha em setores determinados pelas suas condições de vida e de trabalho.

4 A OBRA: *ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ*

Ensaio sobre a lucidez (2004) é um romance onde Saramago traz à sua obra uma nova temática: a crítica declarada de seu ser inconformado aos estados democráticos. Tanto com essa obra, como com *Ensaio sobre a cegueira* (1995) da qual a supracitada é uma continuação, o autor inaugura uma forma mais explícita de abordar a política e a sociedade, no entanto, desvencilha-se do vínculo com os acontecimentos históricos presentes em suas obras anteriores e, passa a escrever sem especificar mais espaços ou personagens, de uma forma que o lugar destas obras é o especificamente social, isto é, ambientes e personagens são nomeados nos romances pelos papéis que exercem em sociedade e nada além disso. Esta estratégia narrativa permite que os leitores se identifiquem ainda mais com a obra. Desta forma, é lícito considerar que ao abrigar as suas narrativas no campo do ensaio, Saramago confere aos seus romances tendências ensaísticas que lhe permitem explorar conceitos políticos e filosóficos com mais facilidade.

O enredo deste romance consiste nas consequências de uma revolta popular de uma certa cidade, que manifestou-se não por violência, mas por uma maciça votação em branco, mais especificamente 83% dos votos entregues às eleições. O governo, diante desse descontentamento, ao invés de questionar a própria legitimidade para manter-se no poder, retira-se da cidade e deixa estes cidadãos em um estado de exceção, ou seja, retira-lhes direitos. Na busca por um bode expiatório que justifique esta situação sem precedentes, a personagem principal de *Ensaio sobre a cegueira* volta a ganhar foco central, e acaba por ser culpabilizada pela crise política de uma forma total, devido ao fato de não ter cegado como todos, na época da epidemia. Este panorama diegético é amparado por dois pilares, um é o das tentativas do governo de dar sentido ao absurdo e com isso perpetrar as suas ações antidemocráticas e, outro é o comportamento dos cidadãos lúcidos que votaram em branco, que mantém-se fundamentado no pleno entendimento da democracia.

É condicionado pelo seu contexto pátrio de ênfase à individualidade, que Saramago elabora o modo universalizante de tratar as questões éticas olhando para a própria história, tão característico seu, como aponta Teresa Cristina Cerdeira em 2004 ao falar de seu romance contra a ideologia. Focando nos ensaios do autor, a professora alerta para a sua estratégia de abolir as marcas históricas do enredo, tais como a nomeação das personagens e a precisão espacial e temporal, e declara que o escritor faz isso para revisitar a história, mas não a portuguesa como fez até os anos 80 e, sim a história da humanidade, para a ela instituir o discurso dos desvios. Sobre este desvio, Aguilera (2010, p.62 e 241) também observa que o

autor abandona as referências locais quando muda-se para Lanzarote, na Espanha, mas nunca deixa de se pronunciar sobre questões nacionais e espicaçar as consciências, para diagnosticar as doenças que acometem a democracia, tais como o abandono das responsabilidades cívicas e o individualismo.

Retornando ao que T. Cristina Cerdeira levanta sobre a produção ensaística de Saramago, seguimos o lume que a professora coloca sobre a forma como o escritor cria eventos disparatados para metaforizar momentos históricos de crise. Para ela, Saramago faz do absurdo uma forma de pensar a crise e resgatar a presença do homem no mundo, referindo-se ao primeiro romance que o autor denomina ensaio: *Ensaio sobre a cegueira* (1995). Levando em conta o outro romance que Saramago também chama de ensaio posteriormente em 2004, que é o que analisaremos nesse trabalho, verificamos que o que a professora fala sobre o primeiro também se aplica ao *Ensaio sobre a Lucidez*, quando declara que o autor português escreve para desmontar as referências dos compendios de história oficial, tal como fez em *Memorial do Convento* (1982), quando derruba a afirmação de que D. João V construiu o convento de Mafra, apontando os individualismos como equívocos e o povo como legítimo autor da história.

No *Ensaio sobre a lucidez* (2004), Saramago tanto reproduz esta escrita, que acaba por inclusive, tirar do povo o protagonismo que até então relegara-lhe em outras obras, mas nem por isso, esse povo deixa de levar sobre si a responsabilidade pelos atos dignos do encômio de seu tom moralizante. Os esquecidos da história – os cidadãos comuns – a quem Saramago sempre procura dar um maior viés, nessa obra parecem deixados de lado, poucas são as suas aparições em cena no decorrer da trama. Isto, no entanto, nos figura como parte de seu projeto ético em ficção, pois é notório que o povo, geralmente retratado pelo sujeito mais fraco da narrativa e que empresta a sua visão da trama ao leitor, tem pouca atuação na ação do romance, porém é a sua ilustre primeira atitude na trama que dão o mote para toda a obra.

O gênero ensaio permite ao escritor um cunho mais experimental, onde podemos identificar o seu traço pós-moderno. No *Ensaio sobre a lucidez*, o que percebemos é a interessante estratégia de imitar a realidade pela sua esguelha mais sórdida. Saramago, nesta obra segue o rumo inverso daquilo que costuma fazer em seus enredos: ao invés de acompanhar o desenrolar da ação firmado na interlocução com alguma personagem que represente o povo, aqui ele se distancia da classe popular para assistir o decorrer da história através da caricaturação que faz das entidades no poder. Então, o presidente, o primeiro-ministro, os outros ministros, comissário, isto é, as personalizações do poder, em ações

descompassadas que são apresentadas para o leitor, tentam inibir o impacto da grande ação dos cidadãos lúcidos.

Esta estratégia narrativa assemelha a ficção a realidade de tal maneira que deliberadamente, traçamos um paralelo entre a obra e a crise política atual no Brasil durante o processo de *impeachment*, pois da leitura que fizemos no acompanhamento dos eventos ocorridos entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, é visível que as entidades do poder tencionam ofuscar a atuação popular na política, reduzindo a sua participação nela. Para usar como exemplo o seu ato mais grotesco, citamos a ilegitimação de mais de 54 milhões de votos. Portanto, não importa o grau de repercussão das ações populares, ainda que a si pertença o protagonismo dos regimes democráticos, a intervenção de quem realmente detém o poder político será sempre vedar a sua real importância, tal como acontece com os eleitores que no ápice de seu exercício democrático, optam por não optar, como critica Monica Figueiredo (2004, p.8):

Os que votam em branco jamais ganham o primeiro plano porque não conseguem escapar de um anonimato que firma moradia numa cidade sem contorno definido, sem espaço que se possa apreender. A voz narrativa, por sua vez, centrará sua atenção no relato das ações dos poderosos, preocupada que está em ironizar de forma cética, em denunciar de forma previsível, em apontar o fim para todos os caminhos.

À vista disso, comparamos o romance com o processo decorrido no Brasil, pois como aponta, Aguilera (2010), a obra traz metáforas eloquentes para a deterioração das democracias, fenômeno claramente presenciado quando do agravo da crise política brasileira que foi o *impeachment*. Interpretar *Ensaio sobre a lucidez* valorizando sua forma de ensaio, por ser aquela que privilegia a formulação de conhecimentos, segundo o que se constata nos ensaios de Walter Benjamin, enfatizamos o que Saramago sugere à ficção: “que se reinvente a democracia, levando-a à radicalização, ou seja, a acentuar o papel participativo dos cidadãos, chamados a se tornar protagonistas de seus espaços de vida e de convivência” (2010, p.248).

De acordo com Krista Brune da *University of California, Berkeley*, *Ensaio sobre a lucidez* vem para especificar a crítica abstrata que Saramago faz à sociedade contemporânea em *Ensaio sobre a cegueira*. Ao fazer uma leitura do que diz Lukács sobre o gênero do ensaio, Brune (2010, p.91) considera que esta forma “*has emerged as a written form at the interstices of fiction and philosophy, experience and meaning, and imagination and knowledge characterized by its flexibility and tendency to escape generic boundaries*¹”.

¹ Surgiu como uma forma escrita nos interstícios da ficção e da filosofia, da experiência e do significado, e da imaginação e do conhecimento caracterizados por sua flexibilidade e tendência em escapar de limites genéricos (tradução nossa).

A autora nos recorda que Saramago ao ser um autor que descreve a si mesmo como um ensaísta que escreve romances, apresenta a sua inclinação ao ensaio em várias obras, como as versões históricas que revê em *Memorial do Convento* (1982), a abordagem mais filosófica que faz em *A caverna* (2000), as meditações sobre a identidade em *Todos os nomes* (1997) e inclusive parábolas que propõem visões utópicas ou distópicas da sociedade como em *Jangada de Pedra* (1986). Este último aspecto é também o que nós analisaremos em *Ensaio sobre a lucidez* (2004). Brune afirma que esse último pode ser lido como um esclarecimento da alegoria da cegueira, portanto para lê-lo é necessário ter antes lido *Ensaio sobre a cegueira* (1995). Este que seria o primeiro “ensaio” de Saramago, portanto, trata de como as pessoas vão deixando de enxergar e entender o mundo que as rodeia diante do excesso de informações que nos cerca na contemporaneidade. Isto é o que acontece ao primeiro indivíduo acometido pela epidemia de cegueira branca que dá mote ao romance, ele inexplicavelmente deixa de ver e é engolido por um mar branco. O inexplicável ocorre com todos os habitantes daquela cidade e, mais tarde daquele país, embora haja uma exceção: a personagem da mulher do médico, que nunca cega e protagoniza o caso mais inexplicável do romance.

No sentido em que *Ensaio sobre a lucidez* dá continuidade ao *Ensaio sobre a cegueira*, Brune aponta para o paralelo estabelecido entre a cegueira branca e os votos em branco. Os dois inusitados fenômenos são duas ameaças à sociedade vistas como pragas em seus dados momentos, e o que primeiro salta aos olhos do leitor sobre ambas é a sua designação pela palavra “branco”. Embora nas duas instâncias o branco seja visto como praga em seu respectivo contexto ficcional, podemos perceber que o autor o interpela de maneiras diferenciadas. Na primeira obra o branco designa uma cegueira que caracteriza o mal por representar, conforme Brune, a falta de visão sociopolítica da sociedade contemporânea, como evidenciado na terceira parte do segundo capítulo deste trabalho. Enquanto no segundo texto, o branco caracteriza o posicionamento de cidadãos que outrora acometidos de uma epidemia destrutiva, foram capazes de extrair disto uma instrução ética para agir em prol dos seus próprios interesses e dos seus semelhantes. É onde Saramago implanta à ficção o seu próprio posicionamento intelectual, o de dizer “não” ao poder, tal atitude para ele, de acordo com Aguilera (2010), constituía uma obrigação diante de uma realidade insatisfatória, ou seja, o dever daqueles, que como ele são inconformistas declarados, pois para si a grande e verdadeira crise é continuar tudo como se está.

4.1 O ENSAIO DE SARAMAGO COMO FORMA PRIVILEGIADORA DO SABER ÉTICO PELO USO DA ALEGORIA

É bem explícito que Saramago se aproveita do experimentalismo que o gênero do ensaio oferece, para produzir um movimento de sístole e diástole no teor crítico de sua narrativa, pois ao mesmo passo em que sem especificações elementares ele o estende a toda a sociedade ocidental, por outro contrai o seu julgamento para um alvo mais particular. Realiza, portanto, um trabalho alegórico bastante complexo, pois constroi todo um ambiente fictício sem referencial, para a partir dele poder aludir a uma gama de referências.

Ensaio é a forma textual privilegiada por Walter Benjamin em várias de suas obras, pois é capaz de comportar a multiplicidade do saber. O que se sabe sobre o gênero através do autor alemão é pela análise de seus próprios ensaios, onde se pode perceber, como mostra o professor da Universidade Federal de Minas Gerais Gustavo Silveira Ribeiro (2013), que ele segue um modelo epistemológico para seus escritos, onde é possível se relacionar com o conhecimento por uma perspectiva diferente da científica. As correntes positivistas impuseram que os registros de qualquer área do saber deveriam ser puramente objetivos e livres de qualquer intenção do sujeito que os produzisse. A literatura nesse sentido nunca poderia participar da formulação do conhecimento.

Desta forma, consideramos que ao identificar a sua obra como um ensaio, mais do que contar uma história, Saramago tencionava oferecer algum tipo de conhecimento ao leitor, pois esse gênero tem uma estrutura que Benjamin reproduz em várias obras, entre elas *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (2004), na qual usa metáforas ao invés de descrições, repetições sonoras e uma elaboração não convencional de conceitos.

A configuração do gênero do ensaio, portanto, subtrai a obra do campo das ciências e a coloca do lado da arte, sem apagar as fronteiras entre ambas, segundo György Lukács (1971), intelectual contemporâneo de Benjamin. Então, como gênero artístico, o ensaio permite o acesso ao conhecimento através de uma conceituação pouco usual no que se trata de áreas do saber, a qual pode ser representada a partir de um esquema onde a união de ciência e arte se dá com a ciência a ser o conteúdo e a arte a ser a forma como esse conteúdo se apresenta. Na obra de Saramago em análise, a arte é a narrativa e a ciência são os conceitos de cidadania, ética e cidadão lúcido que ele expõe ao longo do enredo. Para Lukács (1971), Platão foi o maior ensaísta que já viveu, pois afortunadamente encontrou Sócrates para veicular o seu cunho ensaístico e, Sócrates, segundo ele, era uma figura típica para o ensaio,

pois para ele cada vivência era uma oportunidade para esclarecer conceitos. Foi usando-o como personagem que Platão pôde criar os seus diálogos e dar um sentido ao uso da alegoria.

Valendo-se da obra analisada como ensaio, justamente porque a leitura que aqui fazemos dela é uma que toma o seu conteúdo para fazer inferências sobre outros, é pertinente atentarmos para como a alegoria se elabora no texto de Saramago. Segundo Miguel Alberto Koleff (2015), o caminho da alegoria tem sua fórmula na referência platônica da caverna, onde a dimensão transcendental do conhecimento é evocada a partir do conceito que se constroi nos recursos imagéticos em que se apoia.

Este autor lê em Benjamin (2007) a tensão dialética entre profano e sagrado que a questão da alegoria ascende, que basicamente é entender uma ideia por meio de relato que exige resolução analógica, no caso do relato de Platão, representa uma ponte entre o mundo sensível e o conhecimento superior cuja travessia consiste em traduzir uma ideia em imagens, para em seguida conceituá-la. Funciona como uma ponte porque está em sua configuração sígnica o servir a outra dimensão, enquanto exige o estabelecimento de vinculações por vias da associação sensível. Nesse trânsito, Benjamin refere-se ao que chama de superação da aparência, no sentido em que ocorre o que ele caracteriza como usurpação realizada pelo símbolo – que se busca compreender por uma operação inteligível – em relação a alegoria em si, pois quando finalmente interpretado o símbolo, essa última é abandonada.

David Frier da *University of Leeds* faz um exame da obra de Saramago para perceber que primeiramente, suas narrativas eram firmemente enraizadas na história portuguesa. Contudo após a sua escrita ser tomada pela tendência ensaística, Frier observa que seus romances passam a ser configurados em um presente vago, em cidades sem nome como as suas personagens, porém ressalta que isso não deve ser entendido como uma mudança radical na sua visão de mundo, em essência essa ruptura tem mais a ver com a natureza angustiante do assunto dos romances com essa peculiaridade, entre os quais cita: *Ensaio sobre a cegueira* (1995), *Todos os nomes* (1997), *A caverna* (2000).

Apesar dessa mudança de estilo, David Frier (2001) enfatiza que o fio corrente em todas as maiores obras de Saramago não se rompeu, que nas palavras do autor é definido por “*the need for reappraisal of where humanity finds itself today*”², que no caso de obras anteriores era onde Portugal esteve no passado. Neste contexto, Frier refere-se ao ato de ressignificação que Saramago aplica em romances como *Ensaio sobre a lucidez*, que assume a

² a necessidade de reavaliação de onde a humanidade se encontra hoje (tradução nossa).

importância de adereço alegórico, por não especificar o enredo em tempo e espaço e, portanto, clarifica:

This allegorical tendency to write about something more than the immediate subject-matter in hand is therefore one that is not totally new to the author, even if it appears now in a purer form.

Nonetheless, the key difference between the earlier and the more recent novels in this respect is that, with the elimination of specific references to time, place and name, the reader's attention is drawn explicitly and immediately to considerations that are more universal in character than those prompted by works set in specific historical moments. More particularly, the Platonic context should lead us to see these texts as reflecting the imperfections of the world in which we live by comparison with a more ideal model³[...] (FRIER, 2001, p.98).

Compreende-se, portanto, que Saramago se vale do gênero ensaio para além de construir uma narrativa, apresentar ao leitor conceitos que lhe são úteis para a vida em sociedade, e nesse sentido a sua obra mais do que um sentido artístico, denota também um científico, já que fornece saberes ao seu leitor. Nesse *Ensaio*, Saramago apresenta uma hipótese do que seria uma sociedade onde os cidadãos agissem com lucidez. Para tanto, dentro das formas aliadas a linguagem poética com que esse gênero permite tratar o conhecimento, ele expôs ao leitor, sob a luz da sua própria mundividência, os conceitos de cidadania, democracia, lucidez e sobretudo, o conceito de modelo ideal de sociedade verdadeiramente democrática, que não necessita de governantes para ter ordem.

³ Essa tendência alegórica para escrever sobre algo mais do que o assunto imediato à mão é portanto, uma que não é totalmente nova para o autor, mesmo que isso apareça agora em uma forma mais pura.

No entanto, a diferença chave entre os romances anteriores e os mais recentes a respeito disso é que, com a eliminação das referências específicas de tempo, espaço e nome, a atenção do leitor é levada explícita e imediatamente a considerações que são de caráter mais universais do que aquelas impulsionadas por obras definidas em momentos históricos específicos. Mais particularmente, o contexto platônico deve nos levar a ver esses textos como reflexão das imperfeições do mundo no qual vivemos em comparação com um modelo mais ideal (tradução nossa).

5 COMPARAÇÃO ENTRE *ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ* E O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Sabemos, portanto, que o ensaio é um gênero que se realiza pelo uso de uma linguagem metafórica que se estabelece pelo recurso discursivo da alegoria. Ao ambientar o enredo num tempo-espaco sem referencial, Saramago cria a esfera que lhe possibilita colocar os conceitos que define à prova, tal como é característico do gênero-título. A leitura que fazemos de *Ensaio sobre a lucidez* (2004) nesse trabalho tem o propósito de se utilizar dos conceitos que o autor explicita na obra ao perceber a pertinência de tais formulações para o momento de crise política que o Brasil viveu e tem vivido. A comparação da obra com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff se realiza a medida que nos apropriamos do romance de Saramago para compreender a nossa própria conjuntura política pelo seu viés, para identificar nesta leitura, alegorias à nossa realidade.

Esta interpretação do romance é possível, pois compreendemos o trabalho que Saramago realiza nessa obra como um ato desvelador. Para o nosso contexto, o que ele faz é configurar um enredo cujo discurso abrange várias conjunturas que também enfrentam um período de instabilidade política, em especial a nossa, por razões de proximidade identitária que já explicitamos aqui. A partir disso, a sua obra disponibiliza uma visão privilegiada da realidade, pois leva o leitor a olhar para a ficção e nela identificar a problemática da sua própria realidade social, o que não percebe na maior parte do tempo por estar tão intrínseco a tais circunstâncias.

Uma vez que o gênero do ensaio oportuniza uma retratação de vários saberes em várias formas, privilegiando o recurso da alegoria, o que se denota em sua predominância metafórica, ao longo da obra o autor identifica o seu texto por outras formas – já que outra característica do texto ensaístico é ser flexível quanto aos limites de gênero, como vimos em Brune (2010) – que preconizam a função instrutiva do trabalho literário, como a fábula e a parábola. Então, além de nomear o próprio texto de fábula – como faz para revelar os sujeitos da trama (2014, p.40): “Os mais satisfeitos com a performance, a eles pertence o termo bárbaro, não a quem esta fábula vem narrando [...]” – Saramago recorre a efeitos do uso do texto bíblico de determinada parábola para atingir o seu intento narrativo, como na ocasião em que, concluídas as eleições, constatando-se a maioria esmagadora de votos em branco, o primeiro-ministro vai a televisão e faz uma comunicação ao povo, na espera de induzí-los a qualquer atitude de remissão:

[...] vindo aqui como pai amantíssimo, recordar à parte da população da capital que se desviou do reto caminho a lição sublime da parábola do filho pródigo, e dizer-lhe que para o coração humano não há falta que não possa ser perdoada, assim seja sincera a contrição, assim seja total o arrependimento” (SARAMAGO, 2014, p.39).

Ao incluir no texto um artifício de cunho religioso, observamos que embora o enredo tomasse lugar em nenhum espaço concretamente referido, o narrador apropria-se desse ambiente não determinado para levantar suposições que colocam em paralelo o cenário fictício da obra com a realidade sócio-histórica do autor, como na seguinte ocasião em mais uma comunicação de um governante ao povo, dessa vez o presidente:

Portugueeeeeesas, Portugueeeeeeses, palavras estas que, apressamos-nos a esclarecer, só aparecem graças a uma suposição absolutamente gratuita, sem qualquer espécie de fundamento objetivo [...]. Tratou-se de um mero exemplo ilustrativo, nada mais, do qual, apesar da bondade das nossas intenções, nos adiantamos a pedir desculpa [...](SARAMAGO, 2014, p.104).

Repare-se, portanto, que em sua linha narrativa cravada pela ironia que lhe é tão característica, Saramago em certos momentos ambienta a ação dentro do perímetro do puramente hipotético (entendido que toda ficção é hipotética, nesse ponto específico entretanto, referimo-nos ao exercício de apropriação das hipóteses para conjecturar uma situação particular). É dessa estratégia que este trabalho também se apropria para realizar a leitura pretendida da obra a conjecturar situações semelhantemente hipotéticas para estabelecer os paralelos entre *Ensaio sobre a lucidez* e o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

A leitura do romance de José Saramago como um ensaio ao acontecimento político recente no Brasil realiza-se por meio de um paralelo que traçamos entre as duas instâncias. Tal paralelo só foi traçado a partir da percepção de que em alguns pontos cruciais da narrativa poderia-se observar uma destacada semelhança com fatores e agentes do ocorrido fenômeno na política brasileira. Descreveremos cada um desses pontos da narrativa onde julgamos que a semelhança com os fatos oportuniza a comparação pertinente que em seguida também apontaremos.

O primeiro ponto de semelhança entre a obra literária e o mais recente processo de *impeachment* que se deu no Brasil é o mote de cada um. Ambos desenvolvem-se em razão de uma crise política, e esta é provocada também, em ambas as instâncias, pelo fator que mais favorece o paralelismo entre as condições aqui comparadas, a saber, a insatisfação dos cidadãos. Na nossa realidade o regime de governo é presidencialista, o que intensifica a gravidade de uma medida como o afastamento da presidente, enquanto na obra, o país cuja capital abriga o desenrolar da trama, é uma república parlamentarista, sistema criticado pelo

autor em passagem onde o próprio chefe de estado reclama que a sua cadeira de presidente ao invés de conceder-lhe poder, mais o deixa algemado a um cargo no qual tem o dever de simplesmente outorgar ofícios a outrem. Contudo, realidade e ficção retratam regimes democráticos. Dentro dessas conjunturas, o que se questiona é o lugar da democracia na relação tensa entre governantes e governados.

A insatisfação dos cidadãos é o agente motivador de toda a obra. Toda a ação é voltada a solucionar o que foi desencadeado por esse sentimento, sem que em algum momento tenha-se realmente cogitado compreender, por parte dos governantes, o que causava tal descontentamento, mas apenas impedir que as consequências de tal expressão ameaçassem afetar o funcionamento da sociedade e sobretudo a hegemonia do governo. Embora alguns desses lúcidos eleitores verdadeiramente quisessem

[...] explicar que as intenções das pessoas que haviam votado em branco não eram deitar abaixo o sistema e tomar o poder, que aliás não saberiam que fazer depois com ele, que se haviam votado como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava, que poderiam ter feito uma revolução, mas com certeza iria morrer muita gente, e isso não queriam, que durante toda a vida, pacientemente, tinham ido levar os seus votos às urnas e os resultados estavam à vista [...]. (2014, p.112).

A expressão referida foi a maioria de votos em branco nas eleições municipais daquela capital, onde 83% do total de eleitores denunciaram a sua falta de opção na escolha de representantes para o governo. Insatisfação é o que, da mesma maneira, constatamos nas manifestações dos milhares de brasileiros que foram às ruas sob protesto desde 2013 e dos que se pronunciam diariamente nas redes sociais. É verdade que assistimos a uma polarização partidária nesse âmbito, em que cada lado visivelmente ia perdendo seus fundamentos quando questionado com mais minúcia, afinal, *coxinhas/petralhas* mais souberam trocar insultos do que produzir uma dialética para compreender a complexa situação do país. Para os manifestantes mais ilustrados, contudo, o panorama nacional apresentava-se desfavorável tanto na perspectiva pró, quanto anti-*impeachment*.

Durante o processo, várias pesquisas realizadas por notórios órgãos da mídia nacional e internacional mostraram que os protestantes viam que a corrupção se alastrava tanto no governo como na oposição e, portanto, estavam cientes que uma solução plena não viria de um lado nem de outro. Uma pesquisa feita pelo jornal *El País* em agosto de 2015 “mostrou que a insatisfação e descrença dos manifestantes não estava concentrada na presidente Dilma e no PT, mas se estendia a todo o sistema político, incluindo todos os partidos, ONGs, movimentos, sociais e a imprensa”. Dando sequência a investigação em abril de 2016, o mesmo jornal constatou que o perfil demográfico tanto no grupo anti-Dilma

quanto no anti-*impeachment* era mais uniforme do que se esperaria de ordens de protesto díspares.

Nos dois agrupamentos viu-se uma maioria com formação no ensino superior e uma consciência de que para solucionar a crise política era necessário resgatar o poder da democracia, ao descortinar uma incredulidade tanto para o governo quanto para a oposição. No questionamento feito aos manifestantes anti-Dilma em agosto de 2015, o jornal verificou que para mais da metade a solução para a crise viria com a entrega do poder para alguém de fora do jogo político, e quase 80% concordavam que a ampliação da participação popular era necessária, e deveria ser fortalecida por meio de plebiscitos e movimentos sociais. Quase um ano depois, em um movimento anti-*impeachment*, as pesquisas continuaram apontando desconfiança com todos os partidos e a tentativa de resgatar a legitimidade democrática.

A insatisfação com o sistema político como um todo é clara na sociedade brasileira, como os votos em branco deferidos pela maioria consciente da população de *Ensaio sobre a lucidez*. Um editorial da *Folha de São Paulo* publicado em abril desse ano, ilustrou muito bem a frustração do povo para com o governo e a oposição, acrescentando à frustração a desesperança na democracia, quando, com pesar, concluiu que Dilma não tinha mais condições de governar o país e, tampouco, Temer dispunha de apoio da sociedade, arrematando: “Dada a gravidade excepcional desta crise, seria uma bênção que o poder retornasse logo ao povo a fim de que ele investisse alguém da legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação”.

O profundo descontentamento popular é tanto na ficção de Saramago quanto naquilo que se refere ao momento histórico do Brasil um mote para uma crise política sem precedentes, macroscópica nas duas esferas aqui analisadas, como descreve o autor na obra: “[...] a mais grave crise com que teve de enfrentar-se ao longo de uma história de séculos”. [...] a nossa cidade se encontra a braços com uma crise sem precedentes e de desenlace altamente problemático” (SARAMAGO, 2014, p. 46 e 114).

O segundo ponto do paralelo traçado entre o romance e o contexto sociopolítico brasileiro é exatamente esse desenlace problemático: o Brasil passa a ser governado por um partido mais inclinado a direita que alcançou o poder sem a legitimidade do voto popular. No caso da obra, o governo é de direita, mas depois das eleições que resultaram em 83% de votos em branco, os governantes veem-se sem legitimidade para permanecer no poder, embora não o admita o seu primeiro-ministro em aparição na televisão quando apuradas as votações: “O governo reconhecendo que a votação de hoje veio confirmar, [...] após ter consultado com sua

excelência o chefe do estado, que a sua legitimidade para continuar em funções não foi posta em causa [...]” (SARAMAGO, 2014, p.38).

Diante desse resultado nada favorável, o governo resolve por em prática uma proposta do primeiro-ministro de “retirada múltipla”, que consistia na retirada imediata do governo para outra cidade que passaria a ser a nova capital do país, aliada à retirada de todas as forças do exército e retirada de todas as forças policiais. Ele justificou a sua proposta da seguinte forma: “os grandes males pedem grandes remédios, e se é verdade que o remédio que vos proponho é doloroso, o mal que nos ataca é simplesmente mortal” (SARAMAGO, 2014, p.83). Foi estabelecido, portanto, o estado de exceção, por ações governamentais que nada mais pretendiam do que render os cidadãos por meio da retirada dos aparelhos de estado daquele território eleitoral e da sabotagem do funcionamento da cidade. Restou àquela população um espaço vazio de direito, que é como Giorgio Agamben (2004, apud Umbach, Garlet e Zamberlan, p.8) caracteriza o estado de exceção.

Esta passagem se assemelha com os acontecimentos do Brasil se tomarmos o fato de que quando a tramitação do processo de *impeachment* de Dilma tem início e o país passa a ser governado interinamente por Michel Temer, aparentemente ocorre uma suspensão de garantias constitucionais que despreza a vontade expressada na eleição presidencial de 2014 por uma maioria de votos. Sobre a admissão do processo, um advogado e professor de direito constitucional da PUC-SP defende em artigo da revista *Carta Capital*, publicado em abril desse ano, que, caso aprovado o *impeachment*, concretizaria-se no país uma medida de exceção, pois as irregularidades e inclusive, ilegalidades do governo de Dilma em nada teriam beneficiado a ex-presidente pessoalmente, portanto o ato não teria fundamentação jurídica e suprimiria a soberania popular representada pelos mais de 54 milhões de votos que a elegeram. Impedir a ex-presidente de continuar o seu mandato, diante do que foi posto, seria um desrespeito a democracia e a ordem constitucional, assim, tal como na obra de Saramago, o povo brasileiro presenciaria a retirada de alguns de seus direitos, e portanto, uma medida de exceção.

Para enfrentar uma crise com as proporções das que temos analisado nesse trabalho observamos, tanto na História quanto na ficção, que os governos tendem a usar manobras de caráter duvidoso, que resultam em medidas impróprias. Pela garantia do *status quo* do poder, os governantes agem com pessoalidade ao priorizar interesses particulares e deixar a ordem pública à deriva. A pessoalidade com que atuam as nossas figuras políticas é questão histórica que já discorremos nesse trabalho. *Ensaio sobre a lucidez* ilustra

esplendidamente essa infortuniosa realidade de uma forma que coincide com as ações atropeladas que foram realizadas no Brasil na tentativa de superar a crise.

Os habitantes da cidade sem nome criados por Saramago incorporam o seu espírito de inconformismo e, portanto, decidem não entregar o seu voto a ninguém, encontrando nessa “não-entrega” a melhor maneira de revelar a sua desilusão e seu caráter interventivo. Aos governantes da trama, no entanto, Saramago conferiu a índole que tanto criticava nas pessoas que perdiam o senso ético na execução de cada truque para manter o poder. O governo, assim caracterizado, é incapaz de acatar a ideia de que a insatisfação contida em cada um daqueles numerosos votos em branco, partia sim de uma atitude individual, mas para demonstrar um sentimento coletivo. No entanto, ministros e chefe de estado não só abominam as ações que, segundo eles, golpearam a normalidade democrática daquele lugar, como também começam a procurar por alguém a quem possam culpabilizar pelo encabeçamento desse movimento, tamanha a sua repercussão, era a eles inaceitável que fosse outra coisa que não um ato organizado.

[...] convoco os habitantes da capital, todos eles, a uns para que melhor possam proteger-se da terrível ameaça que paira sobre as suas cabeças, aos outros, sejam eles culpados, sejam eles inocentes de intenção, para que se corrijam da maldade a que se deixaram arrastar sabe-se lá por quem [...]" (SARAMAGO, 2014, p.39).

São as palavras do primeiro-ministro que ao perceber os fatos como um erro da população, e desde já deixar no ar que há um culpado por tal erro, assume uma postura questionável para um governante democrático. Inculcados por esse desígnio, dão seguimento à procura do indivíduo a quem possam responsabilizar, colocando em prática um plano que é engendrado pelo ministro do interior: “...sistemática ação de infiltração entre a população [...] a qual possa levar-nos ao conhecimento das razões do ocorrido e habilitar-nos a tomar as medidas necessárias para liquidar o mal à nascença...” (2014, p.44). Percebemos nesse plano de ação que o governo compreende aquilo que ameaça o seu poder não como uma problemática cuja resolução exige complexas intervenções, mas como um mal a ser detectado a fim de ser destruído, para que a normalidade retorne e se dê cabo ao que ameaça a continuidade da sua dominação.

Após algumas fases da investigação que não resultaram como esperado, tendo sido feito, inclusive, o uso de um polígrafo, o governo passa a fazer uma associação entre a falta de explicação para o presente impasse e a inexistência de explicação para outra catástrofe que assolou o mesmo país, antecedendo os votos em branco em quatro anos. A

primeira relação entre o *Ensaio sobre a lucidez* (2004) e o *Ensaio sobre a cegueira* (1995) acontece no diálogo entre as personagens do presidente e do primeiro-ministro a seguir:

Que extraordinário país este nosso, onde sucedem coisas nunca antes vistas em nenhuma outra parte do planeta, Não precisarei de lhe recordar, senhor presidente, que não foi esta a primeira vez, Precisamente a isso me estava a referir, meu caro primeiro-ministro, É evidente que não há a menor probabilidade de uma relação entre os dois acontecimentos, É evidente que não, a única coisa que têm em comum é a cor, Para o primeiro não se encontrou até hoje uma explicação, E para este também não a temos, Lá chegaremos, senhor presidente, lá chegaremos [...]. (SARAMAGO, 2014, p.96).

Na inexistência de uma explicação razoável para os dois eventos, embora houvesse uma para o último, o que inexistia era a disposição dos governantes em acatá-la, o primeiro-ministro tece mais uma de suas estratégias e esboça uma improvável ponte entre os acontecimentos:

[...]substituamos o silêncio pela palavra [...] falemos abertamente sobre o que foi a nossa vida, [...] durante o tempo em que estivemos cegos, que os jornais recordem, que os escritores escrevam, [...] e depois, quando tivermos arrancado os farrapos da falsa normalidade com que temos andado a querer tapar a chaga, diremos que a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma, chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre a brancura da cegueira de há quatro anos e o voto em branco de agora, a comparação é grosseira e enganosa, sou o primeiro a reconhecê-lo, e não faltará quem liminarmente a rejeite como uma ofensa à inteligência, à lógica e ao senso comum, mas é possível que muitas pessoas, e espero que depressa se venham a converter em esmagadora maioria[...] (SARAMAGO, 2014. P.194-195).

Embora a catástrofe de *Ensaio sobre a cegueira* (1995) tivesse sido oriunda de uma ordem desconhecida até o desfecho do romance, o fato de ser branca, em muito colaborou para a insólita conexão que fez o primeiro-ministro da primeira fatalidade com os votos em branco. Como já dito, para a última existe uma razão bem clara como a luz que se acendeu sobre a consciência dos cidadãos que não entregaram a ninguém o seu voto, no entanto, é uma verdade que não cabe e nem soa bem ao jogo político. A trama de Saramago mostra a capacidade labiosa de quem detém o poder para associar casos sem qualquer ligação, e aplicar a isso um sentido que corresponda à lógica dos seus interesses.

A comparação que a esse ponto fazemos com o episódio da crise brasileira situa-se no âmbito da recessão econômica que foi a principal causadora da instabilidade política. Análises mostram que em seu segundo mandato, depois de eleita pela votação mais acirrada da história do país, Dilma mostrou incapacidade de articulação política para manter o seu governo de coalizão. O esfacelamento da coligação que a elegeu é bastante evidente quando sabemos que dos nove partidos que a apoiavam, cinco a desfavoreceram na aprovação da abertura do processo de *impeachment*.

Ao perder os apoios das duas casas, a da Câmara e a do Senado, o governo de Dilma Rousseff não conseguiu manter a combinação entre a agenda liberal e as políticas de alto impacto social tão próprias à ideologia do PT. Ademais, muitas outras nódoas turvavam a identidade ideológica do Partido dos Trabalhadores, como a sua corpulenta presença nos escândalos de corrupção da Petrobrás, que foram decisivos para esvaír a popularidade da ex-presidente. Um artigo da Revista de Ciências Políticas da Pontifícia Universidade Católica do Chile, traz uma análise da configuração do processo de destituição de Dilma, onde observa-se que a reprovação do Tribunal de Contas da União às contas do governo referentes ao ano de 2014 foi um recurso valioso nas mãos do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, com quem o governo já havia rompido laços devido a acusações que o deputado recebeu por violação das regras de decoro parlamentar e envolvimento no esquema de corrupção da Petrobrás.

O artigo esclarece que a reprovação do TCU tinha sido à uma tática do executivo de manipular as contas públicas usando os bancos oficiais para camuflar a real situação fiscal do país (2016, p. 69), as tão mencionadas pedaladas fiscais. Assim, o Tribunal recomendou que o Congresso desaprovasse tais contas, uma prática pouco recorrente, já que o procedimento de cobrir os déficits das contas públicas era uma ação corriqueira de governos anteriores, que não foram sentenciados por tal conduta.

De qualquer forma, o ano era 2014, e Dilma Rousseff veio a ser sentenciada em 2016. Obviamente, os trâmites levam bastante tempo para se desenrolar, mas é notório que o processo de *impeachment* deu-se somente quando a crise econômica elevou-se de uma maneira tal que passou a acometer a conjuntura política já em nível de gravidade. À medida que as coligações foram desfeitas, o enfraquecimento do governo foi consequência imediata, da qual tiraram proveito os maiores partidos da oposição, que conseguiram revelar à sociedade brasileira uma culpada pela crise, por meio de uma acusação por crime de responsabilidade que muitos juristas consideraram bastante controversa, inclusive os que foram especificamente contratados para analisar o caso.

É evidente que a ligação entre a crise política do Brasil e as pedaladas fiscais do governo de Dilma não constituem uma relação tão insólita quanto os votos em branco e a cegueira branca da ficção de Saramago, mas a semelhança entre a realidade e a obra literária aqui se observa no manejo com que as classes governantes atribuem sentidos a realidade segundo seus próprios interesses e conseguem apontar culpados de maneira individual por males que assolam sociedades inteiras.

Para ratificar a lógica de materializar a culpa pela instabilidade política de um país inteiro, no caso da obra de Saramago, de uma cidade inteira, existem as denúncias, que são os meios mais diretos de realizar esse intento. Em *Ensaio sobre a lucidez*, a seguir a ideia que o primeiro-ministro teve de relacionar os votos em branco com a cegueira branca de outrora, um cidadão convencido por essa associação envia ao governo uma carta-denúncia cujas partes mais relevantes ao nosso trabalho são as seguintes:

...alguma ligação terá de haver entre a recente cegueira de votar em branco e aquela outra cegueira branca que, durante semanas que não será possível esquecer, nos pôs a todos fora do mundo. Quero eu dizer, senhor presidente da república, que talvez esta cegueira de agora possa vir a ser explicada pela primeira, e as duas, talvez, pela existência, não sei se também pela ação, de uma mesma pessoa. [...] o que ninguém sabe é que uma das pessoas do grupo nunca chegou a cegar [...] um crime de assassinio foi cometido naqueles dias precisamente pela pessoa de quem falo [...]. Escusado seria dizer, senhor presidente da república, que estou ao dispor de vossa excelência [...] para ampliar, desenvolver e completar as informações de que esta carta já é portadora (SARAMAGO, 2014, p. 206-207).

A aparição da personagem do “primeiro cego” de *Ensaio sobre a cegueira* e da sua carta estabelece o vínculo fundamental entre aquele romance e *Ensaio sobre a lucidez*, neste segundo, contudo, ele será identificado por “homem da carta”. Nessa carta ele recorda o fatídico percurso das personagens principais do primeiro romance, que agora pode ser entendido como a configuração da crise política que se desencadearia quatro anos depois. Este homem conta que nos tempos de cegueira integrou um grupo do qual também participava uma mulher – a única – que nunca cegou. Era a “mulher do médico” que também assassinou outro homem naqueles mesmos tempos. Essa denúncia que acrescentada ao fato dessa personagem nunca ter perdido a visão tendo assim, testemunhado tudo o que aconteceu naquela cidade na época em que ninguém enxergava, permite que o homem da carta tenha entregado ao governo exatamente aquilo que lhes faltava: uma ligação concreta entre a cegueira e os votos em branco a partir da culpabilização pessoal de uma única figura, que seria a responsável pelas anormais eleições e, portanto, aquela que havia corrompido a normalidade democrática, o mal a liquidar à nascença.

O teor de incriminação da carta realmente colocava nas mãos dos governantes o elemento que lhes permitiria através de execução recuperar a legitimidade do sistema de governo, segundo a perspectiva deles. Tratava-se portanto, de um conteúdo do seu maior interesse, no entanto, o próprio primeiro-ministro demonstra perceber ali alguma falta denexo: “Senhor presidente, ninguém sabe ao certo quantas pessoas foram mortas durante aqueles dias, decidiu-se que todos os cadáveres encontrados resultavam de acidentes ou causas naturais e pôs-se uma pedra no assunto” (SARAMAGO, 2014, p.213).

A seguir a este lembrete, o primeiro-ministro e o presidente tem um diálogo onde ambos analisam a insinuação do acusador e concordam quanto ao seu nexo controverso. Porém, também chegam a desafortunada conclusão de que não podem impedir que seja realizada uma investigação a partir daquilo, pois estariam bloqueando a segurança do estado, precisamente quando este se encontrava em maior perigo. Nesse início da segunda parte da narrativa o autor nos leva a perceber que muitas vezes o poder supera a lógica, como elucida quando interpela um momento de introspecção da personagem do primeiro-ministro, num daqueles frequentes decursos da narração de Saramago, onde a voz da personagem se confunde com a do narrador:

[...]crises políticas que eram como fogachos de duração prevista e intensidade vigiada, quase sempre a fazer de conta, e com as quais se aprendia, não só a dizer a verdade como a fazê-la coincidir ponto por ponto, quando fosse útil, com a mentira, da mesma maneira que o avesso, com toda a naturalidade, é o outro lado do direito” (SARAMAGO, 2014, p.218).

Mais tarde se descobre que a iniciativa da denúncia por parte do homem da carta foi estimulada por certo tipo de ressentimento que ele tinha com o grupo em que participaram ele, a mulher do médico e outros cinco, por todo o suplício vivido em tempos de cegueira, martírio cuja lembrança era uma com a qual ele não pôde mais viver. Separou-se da mulher pois era incapaz de aceitar que ela tivesse se deitado com outros homens na época da quarentena, onde um grupo de homens apossou-se da comida, e obrigou aos demais cegos que em troca do alimento, oferecessem suas mulheres. Foi nessa circunstância que a mulher do médico assassinou o chefe desse grupo. Dessa forma, a narrativa nos coloca diante de uma situação onde uma pessoa leva a responsabilidade total por um mal coletivo por meio de uma denúncia de razão questionável e motivada por pendências pessoais.

No caso do Brasil, o ex-presidente da Câmara dos deputados Eduardo Cunha, responsável por admitir a denúncia pelo suposto crime de responsabilidade de Dilma e iniciar o processo de *impeachment* em dezembro de 2015, também parece ter sido influenciado por questões que lhe afetavam pessoalmente. Segundo análise do professor João Wanderley Geraldi (2016, p.56), Cunha ao perder o apoio do PT quando processado pela Comissão de Ética da Câmara abriu o processo configurando um quadro que parecia um ato de vingança pessoal. Contudo, ele foi figura importante para a derrocada do governo aproveitando-se do atroz enfraquecimento do PT e foi também um representante da vontade individual do poder que desejava a subida do PMDB à presidência. Assim, podemos interpretar os acontecimentos no Brasil de uma forma que a culpa pela crise foi materializada na figura de uma mulher, que

também é vista pelos representantes do governo como o mal a ser eliminado para que a normalidade fosse recuperada.

Identificada a culpada, a narrativa prossegue para a sua execução. Nessa altura da trama, um comissário que fica responsável por investigá-la e entregá-la ao governo, exerce um papel importante e de notável lucidez, pois é ele que percebe o absurdo da acusação e que a sentença já foi dada antes mesmo do julgamento. Os subterfúgios do governo são esclarecidos por meio do discurso interno que o comissário gostaria de expor a mulher do médico:

...uma vez que as provas tenha a senhora a certeza de que não apareçam quando forem precisas, é só questão de inventar uma ou duas que sejam irrefutáveis, e ainda que não o pudessem ser completamente, as provas circunstanciais, mesmo que remotas, nos bastariam, como o facto incompreensível de a senhora não ter cegado há quatro anos quando toda a gente na cidade andava por aí aos tombos [...] é certo que não vim aqui com o honesto propósito de apurar a verdade, é certo que da senhora se poderá dizer que já está condenada antes de ter sido julgada [...] confesse, confesse mesmo que não tenha culpa [...] provavelmente as pessoas até irão achar graça e a vida voltará aos carris de sempre (SARAMAGO, 2014, p. 274-275).

Mais tarde, o comissário manifesta a mulher do médico um juízo moral acerca daquela investigação (2014, p. 317): “aprendi neste ofício que os que mandam não só não se detêm diante do que nós chamamos absurdos, como se servem deles para entorpecer as consciências e aniquilar a razão [...]”. Em nome do poder, o governo consegue dar sentido ao absurdo e faz da mulher do médico o bode expiatório para a situação crítica em que se encontrava o país, o próximo passo seria executar a sua morte, como o fizeram ao comissário, quando este encerrou o vínculo com o estado e passou a colaborar com aquilo que acreditava ser o certo.

A morte da mulher do médico é uma das últimas cenas do romance e, esse desfecho marca a ironia de seu infeliz destino, pois em *Ensaio sobre a cegueira* ela termina o romance olhando para baixo com medo, depois do sobressalto de ter olhado para o alto e visto o céu todo em branco, o leitor é quem imagina o seu alívio ao voltar os olhos para baixo e verificar que “a cidade ainda ali estava”. Ironicamente, foi esta cidade que ainda ali estava, ou mais especificamente seus governantes, quem selou fatalmente o seu destino.

O *impeachment*, ou a morte política de Dilma Rousseff no estado brasileiro, ocorreu também depois da ex-presidente na sua segunda eleição com a disputa eleitoral mais acirrada da história do país, constatar provavelmente com algum alívio que o seu país ainda ali estava. No entanto, foi também esse mesmo país e seus representantes políticos, alguns que inclusive a haviam apoiado na retomada da presidência, quem decidiu que o seu afastamento seria a solução para a crise política e econômica do Brasil. Dilma Rousseff ao levar sobre si

uma culpa pela instabilidade nacional – apontada por quem desempenhou uma tentativa desesperada que por fim encontrou êxito em buscar um rosto responsável pela situação alarmante do país – protagonizou o que o professor Geraldini (2016) em coro com vários analistas inspirados por Gabriel Garcia Márquez chamou de “Crônica de uma morte anunciada”.

A leitura do ensaio *Ensaio sobre a lucidez* nos possibilitou todos esses tópicos de comparação. A função de dispor saberes ao leitor, diferencial desse gênero textual, nos forneceu o conhecimento de um modelo de cidadania ideal que constituiu a alegoria que identificamos na obra. Essa noção democrática na obra fica a cargo dos cidadãos que usaram de lucidez para exercer a sua cidadania na hora do voto e agiram com prudência diante da crise política e todas as sabotagens a que foram submetidos pelo governo. Eles sofreram a retirada de seus direitos como uma forma de punição por sua principal atitude de cidadania, quando na verdade não fizeram nada além de exercer o seu direito e o seu dever de cidadãos. Representaram a parte mais frágil da trama, e ao contrário do que fez na maioria de seus romances, Saramago não usou da perspectiva deles para narrar a história.

Contudo, como já foi observado, apesar de não protagonizarem a ação, os cidadãos são quem desencadeia toda a ação do enredo. Se o autor não caminha lado a lado com essas personagens mais atingidas pelo desenrolar da história para narrar pelo seu ponto de vista, é porque os coloca num patamar tal que, apenas observa suas ações louváveis e nos permite reconhecer nelas valores éticos fundamentais a cidadania como exercício fundamental para a regeneração da democracia.

As instâncias que elencamos a seguir mostram a conduta exemplar dos cidadãos em várias situações em que a crise política se faz sentir mais severa e as expectativas do governo em relação a eles é negativa, entretanto neles se realiza imageticamente o modelo ideal de cidadania, principal conceito que esta obra, como ensaio, nos exemplifica. A começar por como reagem com a retirada do governo da capital:

[...] uma população porventura já arrependida, em parte, de um comportamento sedicioso a todas as luzes inexplicável, mas que apesar disso, numa mostra de civismo digna de todos os louvores e que augurava melhores dias [...].

[...] como se a cidade estivesse em festa, como se fosse feriado municipal, por ali não se viam ladrões nem violadores nem assassinos, ao contrário dos mal-intencionados prognósticos do presidente fugido [...].

Parecia que a polícia, afinal, não fazia nenhuma falta à segurança da cidade (SARAMAGO, 2014, p. 89, 108 e 126).

A passagem a seguir ocorre quando os cidadãos são submetidos ao estado de sítio, e alguns dos eleitores que de fato votaram nos partidos de esquerda, meio e direita, retornam aos seus lares após uma tentativa frustrada pelas forças repressivas do governo de sair da

cidade abandonada. Os brancos, como jocosamente foram apelidados pelos governantes, saem de suas casas e ajudam os que voltavam a recolher todas as malas e pertences novamente para dentro, a despeito da calúnia anunciada pela mídia de que o governo tinha conhecimento de um plano supostamente seu de saquear as casas deixadas pelos eleitores.

[...] o maravilhoso caso se produziu, rivalizando com os mais nobres exemplos históricos de amor ao próximo, tanto da espécie religiosa como da profana, os caluniados e insultados brancos desceram a ajudar os vencidos da façã adversária, cada um decidiu por sua conta e a sós com a sua consciência, não se deu fé de qualquer convocatória vinda de cima nem de palavra de ordem que fosse preciso aprender de cor, mas a verdade é que todos desceram a dar a ajuda que as suas forças permitiam [...] (2004, p.184).

E finalmente o próprio governo percebe que a atitude da população é admirável: “[...] o voto em branco é uma manifestação de cegueira tão destrutiva quanto a outra, Ou de lucidez, disse o ministro da justiça[...] Disse que o voto em branco poderia ser apreciado como uma manifestação de lucidez por parte de quem o usou [...] (2014, p.191).

Portanto, diante do postulado vemos que o cidadão exemplar de Saramago pode ser estabelecido como parâmetro para o cidadão brasileiro da contemporaneidade porque assim como na ficção, ele não se assombra mais com a crise política sobre a qual é noticiado a todo instante. Essa realidade não apresenta nenhum aspecto vantajoso, pois infelizmente, o brasileiro já está acostumado a ouvir sobre a corrupção, a inflação, os riscos de segurança e as ameaças aos seus direitos.

Entretanto, a reflexão que ainda podemos realizar, é que existe uma conduta ética de cidadania que pode ser exercida a fim de que o homem possa provar a si mesmo que a sua bondade, por mais difícil que seja de alcançar, só depende de si mesmo, pois exige um olhar crítico para o seu próprio eu que, não é disciplinado por nenhuma ordem política ou religiosa. É o exercício da ética manifestado na capacidade para pensar além de si que faz do homem um cidadão consciente e apto para resgatar a democracia, como os trabalhadores da limpeza da capital abandonada pelo governo, que foram trabalhar vestidos de si mesmos: “Não traziam uniformes, vestiam à civil. Disseram que os uniformes estavam em greve, não eles” (SARAMAGO, 2014, p. 115). Uma amostra de que o conjunto de regras que trabalha para o poder é suscetível a crises, mas não o ser humano que é capaz de trabalhar pela bondade, que segundo, Saramago é o maior argumento para a revolução.

Mais do que por qualquer outra razão, os cidadãos lúcidos de Saramago nos servem de exemplo porque em tempos de crise reconheceram o seu direito de cidadania e souberam exercê-lo da melhor maneira. Vemos no Brasil que em épocas de adversidade a tendência é apontar culpados, deixar-se levar por razões pessoais para livrar-se de qualquer

responsabilidade e atribuí-la a outros, declarada a restrição que há no gene social brasileiro para lidar com questões externas e impessoais como a política. Os cidadãos de Saramago, no entanto, numa situação onde talvez não lhes houvesse escolha, não descartaram o seu direito e cumpriram o seu dever. Não se preocuparam em identificar um culpado, em personalizar a adversidade, mas tiveram prudência para perceber que há momentos em que o culpado pelas crises é ninguém e todo mundo. E se não havia escolha, optaram por não optar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler a obra *Ensaio sobre a lucidez* (2004) de José Saramago durante um período de crise política no Brasil nos permitiu estabelecer várias aproximações interessantes entre ficção e realidade, assim como observar as proximidades entre a identidade portuguesa e a brasileira devido ao seu vínculo histórico. A abordagem do agravante da crise que, foi o *impeachment* de Dilma Rousseff, à luz da narrativa de Saramago nos fez pensar sobre como a democracia deveria reger o nosso sistema de governo, e o que é necessário para regenerá-la. A leitura desse romance privilegiando a forma de ensaio com a qual Saramago a intitulou, nos ofereceu, de fato, uma alegoria da conduta cidadã que devemos adotar diante de um período de crise.

O comportamento dos cidadãos de *Ensaio sobre a lucidez* analisados a partir da leitura da obra como um ensaio, constituiu o principal conceito a ser elaborado no texto, e apresenta um modelo de cidadania ideal. Foi desse modelo que extraímos o principal argumento da obra, pois contextualizamos o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma de forma a aproximá-lo o mais possível dos moldes da configuração diegética de Saramago. Foi por essa razão que na parte inicial do trabalho, revisitamos brevemente a história do Brasil, onde constatamos que a falta de destreza que o brasileiro tem para tratar de assuntos de esfera pública é um traço formador do seu caráter desde a colonização. Isso explica por que muitas vezes vemos os afetos individuais dominarem o cenário político do país.

Percebemos então, que o caráter do brasileiro, constitui solo fértil para a reflexão ética dessa obra. Para realizá-la, expusemos a importância do intelectual das letras em nos elucidar questões complexas como as da política. Assim, vimos que o escritor é o guia do estudante de Letras em um de seus ofícios primordiais: entender e criticar o mundo por meio da literatura. Portanto, nos apropriamos aqui da mundividência de José Saramago, pois ele nos fez enxergar as atitudes anti-democráticas de nossos governantes pelo seu viés de escritor militante de esquerda, que vê o cidadão comum como a parte mais fraca e explorada, mas ao mesmo tempo, a parte que pode desenvolver as virtudes necessárias para resgatar a democracia em sua sistematização legítima, pois enfatiza, tanto em suas obras quanto em suas declarações à mídia, que num governo democrático o protagonismo deve ser exercido pelo povo.

Ao analisarmos *Ensaio sobre a lucidez*, encontramos os aspectos que nos permitiram traçar um paralelo entre a obra e o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Antes disso, entretanto, observamos o elo existente entre o caráter social português e o

brasileiro, afim de legitimizar a abordagem realizada. Por haver vários aspectos, a comparação que pudemos fazer foi pertinente e elucidativa, em razão da qual, compreendemos o valor da alegoria no texto de Saramago, sobretudo na obra em questão e em *Ensaio sobre a cegueira* (1995), a qual citamos em certos momentos devido ligação que o autor criou entre as duas. O recurso da alegoria fez-se ainda mais importante para o nosso trabalho, já que privilegiamos o gênero do ensaio, que nos exige grande capacidade metafórica para fixar a sua mensagem.

A comparação entre a obra e a realidade que aqui se retratou, apontou semelhanças que geraram significativa reflexão, embora seja importante esclarecer que algumas delas são apresentadas pelo juízo a que nos remetem e, não tanto pela equivalência a que submetem a realidade à ficção. No caso da comparação entre a ex-presidente Dilma e a personagem da mulher do médico, vale ressaltar que o grau do que as difere é muito maior do que o que as assemelha, uma vez que a personagem tem um caráter impecável, o que talvez não pudesse ser dito de Dilma Rousseff, para já, por não ser pessoa fictícia, mas um ser humano real. A semelhança entre as duas, no entanto, está no jugo a que são subordinadas por figurarem a culpa por toda uma crise política e, por isso serem mortas, no caso da personagem na sua materialidade carnal e da ex-presidente na esfera política.

A principal reflexão crítica dessa leitura é a viabilizada pelos cidadãos lúcidos da narrativa, que nos fornecem quando insatisfeitos com a sua conjuntura política, não preocupam-se em apontar um culpado, porém, deixam clara a sua insatisfação por meio dos votos em branco que registraram um índice de 83% de descontentamento, sendo a grande alegoria de Saramago nessa obra. O período do processo de *impeachment* de Dilma revelou grande insatisfação por parte do povo brasileiro, no entanto, movidos pelo nosso gene social que se caracteriza pelo traço emotivo abundante, ocuparam-se muito mais em dar um rosto à crise e apontar um culpado, na ocasião, uma culpada.

É nesse sentido, que a obra nos serve de alegoria, pois nos esclarece imagetivamente que, enquanto agirmos de forma predominantemente pessoal frente a uma questão coletiva, os nossos juízos serão motivados por razões particulares, que não condizem com a esfera pública. Assim como os cidadãos lúcidos de Saramago, não devemos esquecer os nossos direitos e deveres, a fim de exercê-los da forma mais prudente. Como eles, que descontentes com os seus representantes, não culpavam alguém individualmente, nem tampouco calaram-se e, mesmo sob as severas imposições do governo, permaneceram firmes pensando para além de si e agindo em prol do bem comum, que nós também sejamos capazes de não agir impulsionados pelos nossos afetos, mas por uma razão que nos faça compreender o nosso papel de protagonistas na regeneração da democracia.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2004; p. 197-221
- BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: **Por que gritamos Golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. JINKINGS, I., DORIA, K., CLETO, M. (orgs). São Paulo: Boitempo Editorial, 2016
- BRAGA, Mirian Rodrigues. **A concepção de Língua de Saramago**: o confronto entre o dito e o escrito. 1.ed. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 1999.
- BRUNE, Krista. The essayistic touch: Saramago's Version of Blindness and Lucidity. **Journal Mester**, California, US. v.39, p. 88-110, 2010. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/8tt3p7fm>. Acesso em: setembro de 2016.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- DRUMMOND, Carlos. **O Brasil não vive recessão, mas uma estagnação**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/816/o-nome-e-estagnacao-9916.html>. Acesso em: junho de 2016.
- FIGUEIREDO, Monica. Da cegueira à lucidez: o ensaio de um percurso. Algumas notas sobre a narrativa de José Saramago. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, RJ. v.1, p.181-190, 2006. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/view/79/103>. Acesso em: abril de 2016.
- FORNAZIERI, Aldo. **Aldo Fornazieri: O PT, o PSDB e a ética**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/02/01/aldo-fornazieri-o-pt-o-psdb-e-a-etica/>. Acesso em: setembro de 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- FRIER, David. Righting wrongs, re-writing meaning and reclaiming the city in Saramago's *Blindness* and *All the names*. In: KLOBUCKA, Anna M (org.). **On Saramago**. Portuguese Literary & Cultural Studies 6. Fall River, MA: University of Massachusetts Dartmouth, 2001.
- GERALDI, João Wanderley. Crônica de uma morte anunciada. **Capoeira – Revista de Humanidades e Letras**, Brasil. v.2, n.2, p. 53-59, 2016. Disponível em: <http://www.capoeirahumanidadesletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/capoeira/article/viewFile/53/58>. Acesso em: outubro de 2016.
- GIL, José. **Portugal, Hoje: o Medo de Existir**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

KOLEFF, Miguel Alberto. O conceito de alegoria em José Saramago. Uma reflexão benjaminiana. **Revista de Estudos Saramaguianos**, Brasil – Portugal. n.2, p. 135-150, jul. 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BxyJDvv3PhxmeDVteFlzZW5EZGs/view>. Acesso em: junho de 2016.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LUKÁCS, György. Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper. Trad. Mario Luiz Frungillo. **Revista UFG**, Goiânia, GO. v.4, junho, 2008. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2008/index.htm. Acesso em: novembro de 2016.

MAGALHÃES, Pedro, SOUZA, Luis de, TAVARES, Rui. Qualidade da democracia. In: CARDOSO, J. L., MAGALHÃES, P., PAIS, J.M. (org) (2013). **Portugal social de A a Z: temas em aberto**. Lisboa: IMPRESA Publishing.

ORTELLADO, P., SOLANO, E., NADER, L. **Um desacordo entre manifestantes e os convocantes dos protestos?** Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_328207.html. Acesso em: agosto de 2016.

PAULO, Folha de S. **Nem Dilma nem Temer**. [Editorial]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>. Acesso em: agosto de 2016.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961

RAMOS, Rui. História e memória. In: CARDOSO, J. L., MAGALHÃES, P., PAIS, J.M. (org) (2013). **Portugal social de A a Z: temas em aberto**. Lisboa: IMPRESA Publishing.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. As lições da literatura: notas sobre o ensaio em Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**, v. 8, p. 1-13, 2013. Disponível em: http://www.gewebe.com.br/pdf/cad08/texto_gustavo.pdf. Acesso em: outubro de 2016.

RIBEIRO, F. P., VIZONA, A., CASSOTTA, P. L. Brasil: un país en compás de espera. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, Chile. v.36, n.1, p. 51-74, 2016. Disponível em: <http://www.revistacienciapolitica.cl/rcp/wp-content/uploads/2016/06/03-BRASIL.pdf>. Acesso em: outubro de 2016.

SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas. AGULERA, Fernando Gómez (sel. e org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Ensaio sobre a lucidez**. 3.ed. Porto: Porto Editora, 2014.

_____. **Folhas políticas**. 3.ed. Porto: Porto Editora, 2015

_____. **Onde está a esquerda?**. Disponível em:
<http://caderno.josesaramago.org/2008/10/?page=4>. Acesso em: outubro de 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Trad. Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 1.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

_____. Trinta anos da Revolução dos Cravos. **Revista Adusp**, São Paulo, SP. n.33, p.6-12, out. 2004. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a01.pdf>. Acesso em: novembro de 2016.

SEIXO, Maria Alzira. **Lugares da ficção em José Saramago**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.

SERRANO, Pedro Estevam. **Impeachment de Dilma: golpe ou medida de exceção?**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/impeachment-de-dilma-golpe-ou-medida-de-excecao>. Acesso em: outubro de 2016

SILVA, Teresa Cristina Cerdeira. José Saramago ou do romance contra a ideologia. In: II ENLETRARTE, 2007, Campos dos Goytacases. **Signos em rotação: a literatura e outros sistemas de significação**. Campos dos Goytacases: Essentia Editora, 2007

SOLANO, E., MORETTO, M., ORTELLADO, P. **Manifestantes anti-impeachment: um voto de confiança no sistema político**. Disponível em:
http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/05/opinion/1459865758_427117.html. Acesso em agosto de 2016.

TRABALHADORES, Partido dos **Nossa história**. Disponível em:
<http://www.pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: outubro de 2016.

UMBACH, R. K., GARLET, D. J., ZAMBERLAN, L. C. A democracia no *Ensaio sobre a lucidez*, de José Saramago. **Revista Crioula USP**, São Paulo, SP. n.16, 2015. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/97510>. Acesso em: outubro de 2016.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. **O vácuo**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opinia/o-vacu-17241601>. Acesso em: julho de 2016.

